

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-36

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2023

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-36

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2023



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 508/GC3, DE 17 DE MAIO DE 2023.

**Aprova o Regimento Interno do
Comando da Aeronáutica.**

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 7º do Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, combinado com os incisos I e XIV do art. 23 do anexo I ao Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 67050.004817/2023-37, procedente do Estado-Maior da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 871/GC3, de 24 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 100, de 27 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2023.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica
(DOU1 nº 96, de 22 MAIO 2023)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	CATEGORIA E FINALIDADE	7
Seção I	Categoria e Finalidade	7
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO	7
CAPÍTULO III	COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS	14
CAPÍTULO IV	ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES	24
CAPÍTULO V	DISPOSIÇÕES GERAIS	68
	REFERÊNCIAS	69
Anexo A	- Organograma do Comando da Aeronáutica.....	70

REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

CAPÍTULO I CATEGORIA E FINALIDADE

Seção I **Categoria e Finalidade**

Art. 1º O Comando da Aeronáutica (COMAER), órgão integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (MD), tem sua finalidade, subordinação e competências estabelecidas na sua Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O COMAER tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Comandante da Aeronáutica.

II - Órgãos de Assessoramento Superior:

- a) Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM); e
- b) Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA).

III - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODA):

a) Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA);

b) Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica (ASPAER);

c) Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);

d) Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR);

e) Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER);

f) Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);

g) Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPROM);

h) Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER); e

i) Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER);

IV - Órgão de Direção-Geral (ODG):

a) Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

V - Órgãos de Direção Setorial (ODS):

a) Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE);

b) Comando de Preparo (COMPREP);

c) Comando-Geral de Apoio (COMGAP);

d) Comando-Geral do Pessoal (COMGEP);

e) Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA);

f) Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); e

g) Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

§ 1º A Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), órgão da Estrutura Regimental do MD, é subordinada administrativamente ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER), sem prejuízo das atribuições institucionais, subordinação técnica,

orientação, supervisão e fiscalização da Consultoria Jurídica do MD, e recebe apoio auxiliar e administrativo do GABAER.

§ 2º A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) é uma autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, com autonomia administrativa e financeira.

§ 3º A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A (NAV Brasil) é uma empresa pública brasileira, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

§ 4º O Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA) é regido por Regulamento específico, quanto às suas características, composição e funcionamento, aprovado pelo Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA).

§ 5º A participação no CNPAA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O CENIPA possui as seguintes OM subordinadas:

I - Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA I);

II - Segundo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA II);

III - Terceiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA III);

IV - Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA IV);

V - Quinto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA V);

VI - Sexto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA VI); e

VII - Sétimo Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA VII).

Art. 4º O GABAER possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Esquadrão de Demonstração Aérea da Força Aérea Brasileira (EDA); e

II - Grupo de Transporte Especial (GTE).

Art. 5º É subordinado ao INCAER o Museu Aeroespacial (MUSAL).

Art. 6º O COMPREP possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Primeiro Comando Aéreo Regional (I COMAR);

II - Segundo Comando Aéreo Regional (II COMAR);

III - Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR);

IV - Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR);

V - Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR);

VI - Sexto Comando Aéreo Regional (VI COMAR); e

VII - Sétimo Comando Aéreo Regional (VII COMAR).

Art. 7º O I COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Belém (BABE):

a) Terceiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (3º/7º GAV); e

b) Primeiro Esquadrão de Transporte Aéreo (1º ETA).

Art. 8º O II COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Fortaleza (BAFZ);

II - Base Aérea de Natal (BANT):

a) Primeiro Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação (1º/5º GAV);

b) Primeiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (1º/8º GAV);

c) Primeiro Esquadrão do Décimo Primeiro Grupo de Aviação (1º/11º GAV);

d) Segundo Esquadrão do Quinto Grupo de Aviação (2º/5º GAV);

e) Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo (2º ETA);

f) Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE); e

g) Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT);

III - Base Aérea do Recife (BARF); e

IV - Base Aérea de Salvador (BASV).

Art. 9º O III COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea dos Afonsos (BAAF);

II - Base Aérea do Galeão (BAGL):

a) Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Transporte (1º/1º GT);

b) Primeiro Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (1º/2º GT);

c) Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (2º/2º GT);

d) Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo (3º ETA);

III - Base Aérea de Santa Cruz (BASC):

a) Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAV);

b) Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAVCA); e

c) Terceiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (3º/8º GAV).

Art. 10. O IV COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Campo Grande (BACG):

a) Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS);

b) Primeiro Esquadrão do Décimo Quinto Grupo de Aviação (1º/15º GAV);

c) Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (2º/10º GAV); e

d) Terceiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (3º/3º GAV);

II - Base Aérea de São Paulo (BASP);

III - Base Aérea de Santos (BAST); e

IV - Instituto de Aplicações Operacionais (IAOP).

Art. 11. O V COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Canoas (BACO):

a) Primeiro Esquadrão do Décimo Quarto Grupo de Aviação (1º/14º GAV);

b) Segundo Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (2º/7º GAV);

c) Quinto Esquadrão de Transporte Aéreo (5º ETA); e

d) Primeiro Grupo de Defesa Antiaérea (1º GDAAE);

II - Base Aérea de Florianópolis (BAFL);

III - Base Aérea de Santa Maria (BASM):

a) Primeiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (1º/10º GAV);

b) Primeiro Esquadrão do Décimo Segundo Grupo de Aviação (1º/12º GAV);

c) Terceiro Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (3º/10º GAV); e

d) Quinto Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (5º/8º GAV).

Art. 12. O VI COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Anápolis (BAAN):

- a) Primeiro Grupo de Transporte de Tropa (1º GTT);
- b) Segundo Esquadrão do Sexto Grupo de Aviação (2º/6º GAV);
- c) Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1º GDA);
- d) Terceiro Grupo de Defesa Antiaérea (3º GDAAE); e
- e) Prefeitura de Aeronáutica de Anápolis (PAAN);

II - Base Aérea de Brasília (BABR):

- a) Sexto Esquadrão de Transporte Aéreo (6º ETA);

III - Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV); e

IV - Primeira Brigada de Defesa Antiaérea (I BDAAE).

Art. 13. O VII COMAR possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Base Aérea de Boa Vista (BABV):

- a) Primeiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (1º/3º GAV);

II - Base Aérea de Manaus (BAMN):

- a) Primeiro Esquadrão do Nono Grupo de Aviação (1º/9º GAV);
- b) Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (7º/8º GAV);
- c) Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo (7º ETA);
- d) Segundo Grupo de Defesa Antiaérea (2º GDAAE);

III - Base Aérea de Porto Velho (BAPV):

- a) Segundo Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (2º/3º GAV); e
- b) Segundo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (2º/8º GAV).

Art. 14. O COMGAP possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG);

II - Centro de Catalogação da Aeronáutica (CECAT);

III - Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA);

IV - Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA);

V - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB);

VI - Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);

VII - Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA); e

VIII - Missão Técnica Aeronáutica Brasileira em Assunção (MTAB-Assunção).

Art. 15. O CELOG possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA);

II - Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington (CABW); e

III - Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE).

Art. 16. A DIRINFRA possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Destacamento de Engenharia de Campanha da Aeronáutica (DTECAMP);

II - Comissões de Obras da Aeronáutica; e

III - Centro de Estudos e Projetos de Engenharia da Aeronáutica (CEPE).

Art. 17. A DIRMAB possui as seguintes organizações subordinadas:

I - Parque de Material Aeronáutico do Galeão (PAMA-GL);

II - Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS);

III - Parque de Material Aeronáutico de São Paulo (PAMA-SP); e

IV - Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAMB-RJ).

Art. 18. A DTI possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília (CCA-BR);
- II - Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ); e
- III - Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos (CCA-SJ).

Art. 19. O COMGEP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC);
- a) Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica (SEGECAE);
- II - Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA);
- III - Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP);
- IV - Diretoria de Ensino (DIRENS);
- V - Diretoria de Saúde (DIRSA); e
- VI - Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA).

Art. 20. A DIRAP possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Belém (SEREP-BE);
- II - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Brasília (SEREP-BR);
- III - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Canoas (SEREP-CO);
- IV - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Manaus (SEREP-MN);
- V - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de Recife (SEREP-RF);
- VI - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica do Rio de Janeiro (SEREP-RJ); e
- VII - Serviço de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica de São Paulo (SEREP-SP).

Art. 21. A DIRENS possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Academia da Força Aérea (AFA);
- a) Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga (PAYS);
- II - Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR);
- III - Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB);
- IV - Colégio Tenente Rêgo Barros (CTRB);
- V - Escola Caminho das Estrelas (ECE);
- VI - Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR);
- a) Prefeitura de Aeronáutica de Guaratinguetá (PAGW);
- VII - Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR); e
- VIII - Universidade da Força Aérea (UNIFA);
- a) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR); e
- b) Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Art. 22. A DIRSA possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Centro Gerontológico da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG);
- II - Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL);
- III - Hospital Central da Aeronáutica (HCA);
- IV - Hospital de Aeronáutica dos Afonsos (HAAF);
- V - Hospital de Aeronáutica de Belém (HABE);
- VI - Hospital de Aeronáutica de Canoas (HACO);

VII - Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN);
 VIII - Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF);
 IX - Hospital de Força Aérea de Brasília (HFAB);
 X - Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG);
 XI - Hospital de Força Aérea de São Paulo (HFASP);
 XII - Instituto de Medicina Aeroespacial Brigadeiro Médico Roberto Teixeira (IMAE);
 XIII - Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA);
 XIV - Odontoclínica de Aeronáutica de Brasília (OABR);
 XV - Odontoclínica de Aeronáutica de Recife (OARF); e
 XVI - Odontoclínica de Aeronáutica Santos-Dumont (OASD).

Art. 23. O DCTA possui as seguintes organizações subordinadas:
 I - Centro de Lançamento de Alcântara (CLA);
 II - Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI);
 III - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ);
 IV - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC);
 V - Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ);
 VI - Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE);
 VII - Instituto de Estudos Avançados (IEAv);
 VII - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI);
 IX - Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV);
 X - Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e
 XI - Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ).

Art. 24. O DECEA possui as seguintes organizações subordinadas:
 I - Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA);
 II - Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER);
 III - Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA);
 IV - Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV);
 V - Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA);
 VI - Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA);
 VII - Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER);
 VIII - Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB-Bolívia);
 IX - Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ);
 X - Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º GCC);
 a) Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle 1º/1º GCC;
 b) Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle 2º/1º GCC;
 c) Terceiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle 3º/1º GCC;
 d) Quarto Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle 4º/1º GCC; e
 e) Quinto Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle 5º/1º GCC;
 XI - Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste (CRCEA SE);

- XII - Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I);
- XIII - Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II);
- a) Prefeitura de Aeronáutica de Curitiba (PACT);
- XIV - Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III); e
- XV - Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV).

Art. 25. A SEFA possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD); e
- II - Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF).

Art. 26. A DIRAD possui as seguintes organizações subordinadas:

- I - Base de Recepção de Veteranos (BREVET);
- II - Centro de Aquisições Específicas (CAE);
- III - Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS);
- IV - Grupamento de Apoio Logístico de Campanha (GALC);
- V - Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF);
- VI - Grupamento de Apoio de Belém (GAP-BE);
- VII - Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR);
- VIII - Grupamento de Apoio de Canoas (GAP-CO);
- IX - Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP-DF);
- X - Grupamento de Apoio do Galeão (GAP-GL);
- XI - Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS);
- XII - Grupamento de Apoio de Manaus (GAP-MN);
- XIII - Grupamento de Apoio de Recife (GAP-RF);
- XIV - Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP-RJ);
- XV - Grupamento de Apoio de São Paulo (GAP-SP);
- XVI - Prefeitura de Aeronáutica dos Afonsos (PAAF);
- XVII - Prefeitura de Aeronáutica de Belém (PABE);
- XVIII - Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR);
- XIX - Prefeitura de Aeronáutica de Canoas (PACO);
- XX - Prefeitura de Aeronáutica do Galeão (PAGL);
- XXI - Prefeitura de Aeronáutica de Lagoa Santa (PALS);
- XXII - Prefeitura de Aeronáutica de Manaus (PAMN);
- XXIII - Prefeitura de Aeronáutica de Recife (PARF); e
- XXIV - Prefeitura de Aeronáutica de São Paulo (PASP).

CAPÍTULO III COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 27. O Alto-Comando da Aeronáutica - ALTCOM é regido por Regulamento específico, quanto às suas características, composição e funcionamento, aprovado pelo CMTAER.

Parágrafo único. A participação no ALTCOM será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 28. O Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica - CONSEFA é regido por Regulamento específico, quanto às suas características, composição e funcionamento, aprovado pelo CMTAER.

Parágrafo único. A participação no CONSEFA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 29. À ASOCEA compete:

I - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relativos à segurança do Serviço de Navegação Aérea;

II - coordenar e controlar as atividades de inspeção do Serviço de Navegação Aérea, no que tange à segurança operacional e à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita; e

III - gerenciar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional e o Programa de Vigilância da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita dos Serviços de Navegação Aérea.

Art. 30. À ASPAER compete prestar assessoramento ao Comandante da Aeronáutica nas relações institucionais do Comando da Aeronáutica junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e aos órgãos que exerçam funções essenciais à Justiça, respeitadas as competências dos demais órgãos do Comando da Aeronáutica.

Art. 31. Ao CECOMSAER compete atuar nos diversos campos de Comunicação Social, regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem da Força Aérea Brasileira.

Art. 32. Ao CENCIAR compete planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Comando da Aeronáutica.

§ 1º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica, como Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sujeita-se à supervisão técnica e orientação normativa da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, sem prejuízo da subordinação administrativa ao Comando da Aeronáutica.

§ 2º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica interage com o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

§ 3º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria e a fiscalização.

§ 4º O Centro de Controle Interno da Aeronáutica, como Unidade de Auditoria Interna Governamental, tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional do Comando da Aeronáutica, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

Art. 33. Ao CIAER compete fornecer subsídios ao CMTAER nos assuntos relacionados ao Estado, ao preparo e ao emprego da FAB.

Art. 34. Ao CENIPA compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e a investigação de ocorrências aeronáuticas, bem como as de investigação de ocorrências espaciais, e assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência.

Art. 35. Aos SERIPA compete planejar, executar, controlar e analisar as atividades relacionadas com a investigação e a prevenção de acidentes aeronáuticos em suas áreas de atuação.

Art. 36. À SECPROM compete assessorar o CMTAER nos assuntos que envolvam avaliação de desempenho e promoções de oficiais e de graduados do Comando da Aeronáutica.

§ 1º A SECPROM tem por finalidade, ainda, assessorar o Diretor de Administração do Pessoal nos assuntos relativos às promoções dos graduados (Quadro de Suboficiais e Sargentos - QSS; Quadro de Taifeiros - QTA; e Quadro de Cabos - QCB) da Aeronáutica.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às promoções decorrentes do término de curso ou estágio de formação.

Art. 37. Ao GABAER compete assessorar o CMTAER no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação e assisti-lo em sua representação.

Art. 38. Ao EDA compete realizar demonstrações aéreas a fim de difundir, em âmbito nacional e internacional, a imagem institucional da Força Aérea Brasileira.

Art. 39. Ao GTE compete assegurar o transporte aéreo do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado e de altas autoridades nacionais e estrangeiras, bem como realizar Missões de Misericórdia, com equipamento do tipo Unidade de Terapia Intensiva Aérea do COMAER e missões em apoio às demais Organizações do COMAER, quando determinado pelo Comandante da Aeronáutica.

Art. 40. Ao INCAER compete pesquisar, desenvolver, divulgar e preservar a memória e a cultura aeronáutica brasileira.

Art. 41. Ao MUSAL compete preservar e divulgar o patrimônio cultural da Aeronáutica brasileira, por intermédio de seu acervo histórico.

Art. 42. Ao EMAER, órgão responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, compete:

- I - coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial;
- II - orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e
- III - direcionar, monitorar e avaliar a sistemática de acompanhamento institucional do Comando da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Estado-Maior da Aeronáutica interage com os órgãos centrais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e do Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG) do Governo Federal nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

Art. 43. Ao COMAE compete:

- I - realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro;

II - empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins;

III - planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar o emprego do poder aeroespacial;

IV - atuar como órgão central do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA); e

V - gerenciar, controlar e difundir informações coletadas por meio de sensores de IVR para diversos órgãos

Art. 44. Ao COMPREP compete preparar os meios Aeroespaciais e de Força Aérea sob sua responsabilidade.

Art. 45. Aos COMAR compete supervisionar os processos finalísticos e os processos de gestão e suporte afetos aos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea que operem sediados, desdobrados ou em trânsito, em sua área de responsabilidade, por meio de suas OM subordinadas, ou sistemicamente, por meio das demais OM localizadas em sua área de jurisdição.

Art. 46. Às Bases Aéreas compete executar o preparo e o emprego das Unidades Militares subordinadas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 47. Às Unidades Aéreas compete executar o preparo e o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 48. Ao EAS compete executar o preparo e o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores.

Art. 49. Ao GITE compete planejar, executar e controlar os cursos de especialização de interesse do COMPREP.

Art. 50. Ao CPBV compete prover o apoio administrativo e operacional necessários à execução de ensaios, testes, experimentos e treinamentos táticos de interesse do COMAER, quando realizados em sua área de exercícios.

Art. 51. Ao IAOp compete conduzir as atividades de Aplicações Operacionais e gerar conhecimento operacional.

Art. 52. À 1ª BDAAE compete executar o preparo e o emprego das Unidades de Defesa Antiaérea (UDAAE) sob sua responsabilidade, conforme diretrizes e ordens dos Comandos Superiores, assessorar o Comando de Preparo (COMPREP) na gestão da doutrina e da logística relacionada às atividades de Defesa Antiaérea e apoiar o emprego dos Grupos de Defesa Antiaérea (GDAAE), a fim de contribuir para a Defesa Aeroespacial Brasileira.

Art. 53. Aos GDAAE compete desenvolver Técnicas Operacionais, Táticas Operacionais e Soluções Operacionais de acordo com as demandas do COMPREP ou de outros ODS/ODG, por meio do COMPREP.

Art. 54. Ao COMGAP compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao apoio logístico de material, de infraestrutura, patrimonial, de tecnologia da informação e de serviços correlatos.

Art. 55. Ao CELOG compete executar as atividades de aquisição de material e contratação de serviços, bem como a distribuição dos equipamentos de apoio necessários ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Art. 56. Ao CTLA compete coordenar o transporte intermodal do Sistema de Correio Aéreo Nacional (SISCAN), executar o transporte de material pelo modal terrestre e realizar o despacho aduaneiro de material por meio do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER).

Art. 57. Às Comissões Aeronáuticas Brasileiras no exterior compete centralizar, dentro de sua área de atuação, as atividades logísticas de apoio e de serviços, a administração de acordos, ajustes e contratos, bem como outras que lhe forem determinadas, tudo de interesse e responsabilidade do COMAER.

Art. 58. À DIRINFRA compete normatizar, supervisionar e apoiar as atividades relacionadas aos Sistemas de Engenharia, Gestão Ambiental, Patrimônio Imobiliário e Contra incêndio do Comando da Aeronáutica.

Art. 59. Ao CEPE compete realizar estudos e elaborar projetos de engenharia e de arquitetura, complexos e/ou multidisciplinares, de interesse do Comando da Aeronáutica.

Art. 60. À DIRMAB compete a gestão dos assuntos relativos ao Sistema de Material Aeronáutico e Bélico (SISMAB), no que concerne às funções logísticas de suprimento e de manutenção, necessárias ao preparo e ao emprego da FAB e ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas da Aeronáutica (SIGMAER), quanto à emissão de registro e controle de armas de militares da Aeronáutica.

Art. 61. Aos PAMA compete realizar a gestão da Função Logística Manutenção de aeronaves, de componentes e equipamentos de apoio, utilizando-se de todos os meios disponíveis, de acordo com os planos e programas elaborados pela Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), bem como prover assistência técnica às Organizações Militares (OM) apoiadas.

Art. 62. Ao PAMB compete realizar a gestão da Função Logística Manutenção do armamento, munição e demais equipamentos associados, utilizando-se de todos os meios disponíveis, de acordo com os planos e programas elaborados pela Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), bem como prover assistência técnica às Organizações Militares (OM) apoiadas.

Art. 63. À DTI compete normatizar, planejar, implantar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades relativas à Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica.

Art. 64. Aos CCA compete gerenciar os sistemas e serviços de Tecnologia da Informação, sob sua responsabilidade, a fim de manter a disponibilidade, a confiabilidade e a integridade das informações.

Art. 65. Ao ILA compete desenvolver as capacidades técnicas e gerenciais dos profissionais do COMAER, por intermédio das atividades de ensino e pesquisa relacionadas com a área de apoio logístico.

Art. 66. Ao CECAT compete coordenar as atividades que concorrem para o desenvolvimento e para a manutenção do Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), como instrumento de apoio às funções logísticas executadas pelo Comando da Aeronáutica, em harmonia com o Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE), atuando como Central de Coordenação de Catalogação (3C) desses Sistemas.

Art. 67. À MTAB-Assunção compete executar as atividades estabelecidas no Acordo nº 55, de 10 de março de 1982, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Art. 68. À COMARA compete projetar, construir e recuperar aeroportos em regiões inóspitas e de difícil acesso na Amazônia legal e em outras regiões do País.

Art. 69. Ao COMGEP compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar, à documentação, ao arquivo, as atividades relacionadas ao ensino, ao desporto, à saúde e ao apoio assistencial e social, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Parágrafo Único. O Comando-Geral do Pessoal interage com os órgãos centrais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - Siga, nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

Art. 70. Ao CENDOC compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação e ao arquivo permanente do COMAER.

Art. 71. Ao SEGECAE compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a tramitação e o arquivamento de documentos do COMAER.

Art. 72. À CDA compete orientar e controlar as atividades físico-esportivas do pessoal da Aeronáutica.

Art. 73. À DIRAP compete tratar das atividades relacionadas com a Administração do Pessoal Militar, Civil e Pensionistas do COMAER, inclusive as relativas ao Serviço Militar.

Art. 74. Aos SEREP compete planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a Gestão de Pessoal, de Ensino e do Serviço Militar dos militares temporários, no âmbito de suas áreas geográficas de atuação.

Art. 75. À DIRENS compete:

I - planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades, estudos, pesquisas e projetos na área de ensino da Aeronáutica;

II - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as Organizações de Ensino (OE) subordinadas;

III - estabelecer diretrizes, normas, critérios, planos e demais disposições orientadoras de cursos, estágios, exames de admissão e de seleção, exames de suficiência, currículos e demais atividades;

IV - realizar avaliações sistemáticas e continuadas do ensino objetivando a sua constante melhoria, na busca por maior efetividade do atendimento às necessidades ocupacionais do COMAER;

V - intermediar a ligação com organizações congêneres, externas à estrutura do COMAER, nos assuntos de sua competência;

VI - atuar como órgão central do Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS), estabelecendo orientação técnica e normativa de ensino; e

VII - supervisionar o desempenho dos Elos do SISTENS.

Art. 76. À AFA compete:

I - formar, intelectual e profissionalmente, os Aspirantes a Oficiais do QOAv, QOInt e QOInf, observados os mais altos padrões Militares, Éticos, Morais, Cívicos e Culturais, consoante às diretrizes da DIRENS;

II - ministrar o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), conferindo aos concludentes a graduação de Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar, e a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública;

III - ministrar o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt), conferindo aos concludentes a graduação de Bacharel em Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica, e a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública;

IV - ministrar o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf), conferindo aos concludentes a graduação de Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica, e a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública;

V - planejar, coordenar e executar os planos e programas relativos às demais atividades que lhe forem atribuídas, em conformidade com as diretrizes da DIRENS; e

VI - supervisionar as atividades relacionadas à Segurança e Defesa e de Assistência à Saúde, em apoio à Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga e ao pessoal a ela jurisdicionado, de acordo com as diretrizes do COMPREP, do COMGEP e dos demais órgãos centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 77. Ao CIAAR compete:

I - adaptar intelectual, profissional e moralmente os alunos e estagiários dos Cursos e Estágios que lhe forem atribuídos;

II - planejar, coordenar e executar os planos e programas de ensino relativos aos Cursos e Estágios de Instrução e Adaptação que lhe forem atribuídos;

III - planejar, executar e coordenar os processos seletivos de seleção e admissão para a matrícula nos Cursos e Estágios que lhe forem atribuídos, conforme as instruções da DIRENS;

IV - administrar as atividades do ensino na modalidade EAD (Educação a Distância), por intermédio do Instituto de Educação a Distância (IEAD), conforme as diretrizes da Diretoria de Ensino (DIRENS); e

V - supervisionar as atividades relacionadas à Segurança e Defesa e de Assistência à Saúde, em apoio à Guarnição de Aeronáutica de Lagoa Santa e ao pessoal a ela jurisdicionado, de acordo com as diretrizes do COMPREP, do COMGEP e dos demais órgãos centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 78. Às Escolas Assistenciais da Aeronáutica (CBNB, CTRB E ECE) compete:

I - ministrar ensino regular de Educação Básica, nas modalidades do Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM), em consonância com a legislação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), observando as leis e os regulamentos em vigor na Aeronáutica, podendo oferecer ainda, com autorização da Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), cursos de interesse do COMAER;

II - atender, prioritariamente, os dependentes diretos de militares do COMAER e de servidores civis do quadro permanente vinculados ao COMAER, bem como militares das demais Forças Armadas (FFAA) e Auxiliares, quando houver vaga. Vagas ainda remanescentes serão ofertadas à comunidade, mediante habilitação prévia em processo seletivo, conforme edital específico; e

III - capacitar os alunos para o ingresso em instituições militares e civis de ensino.

Art. 79. À EEAR compete:

I - formar e adaptar militar, intelectual, profissional, cívica e moralmente os alunos matriculados nos cursos e estágios que lhe forem atribuídos, bem como aperfeiçoar o ensino dos Sargentos do COMAER, consoante as diretrizes da DIRENS;

II - planejar, coordenar e executar os planos e programas relativos aos exames de seleção e admissão aos cursos e estágios que lhe são atribuídos, em conformidade com as Diretrizes da DIRENS; e

III - supervisionar as atividades relacionadas à Segurança e Defesa e de Assistência de Saúde, em apoio à Guarnição de Aeronáutica de Guaratinguetá e ao pessoal a ela jurisdicionado, de acordo com as diretrizes do COMPREP, do COMGEP e dos demais órgãos centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 80. À EPCAR compete:

I - ministrar aos alunos do Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR) o ensino médio equivalente/reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), observados os mais altos padrões Intelectuais, Éticos, Morais, Cívicos e Militares, consoante as diretrizes da DIRENS;

II - planejar, coordenar e executar os planos e programas relativos aos exames de seleção e admissão aos cursos e estágios que lhe são atribuídos, em conformidade com as Diretrizes da DIRENS;

III - planejar, coordenar e executar os planos e programas relativos às demais atividades que lhe forem atribuídas; e

IV - supervisionar as atividades relacionadas à Segurança e Defesa e de Assistência à Saúde, em apoio à Guarnição de Aeronáutica de Barbacena e ao pessoal a ela jurisdicionado, de acordo com as diretrizes do COMPREP, do COMGEP e dos demais órgãos centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 81. À UNIFA compete:

I - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão de interesse do COMAER;

II - realizar, por intermédio das modalidades de ensino presencial e à distância, programas de pós-graduação, cursos e estágios de extensão, de ensino de idiomas e de educação à distância no interesse do COMAER;

III - elaborar, compatibilizar e consolidar as normas, legislações, planos e programas aplicáveis à gestão administrativa, aos cursos, estágios e programas de pós-graduação da Universidade e, quando aplicável, das OE que integram o campus, para posterior apreciação e aprovação pela DIRENS;

IV - coordenar, orientar e supervisionar as ações de aperfeiçoamento e atualização nos cursos, estágios e programas de pós-graduação ministrados pela Universidade e, quando aplicável, pelas OE que integram o campus;

V - elaborar e consolidar as propostas, programas e planos de recrutamento, seleção e capacitação profissional da UNIFA;

VI - mediante coordenação prévia com a DIRENS, promover intercâmbios com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolvidas na Universidade;

VII - orientar, supervisionar e promover a avaliação institucional dos programas de pós-graduação, cursos, e estágios realizados no âmbito do campus;

VIII - desenvolver atividades de extensão universitária, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos e culturais produzidos no campus;

IX - fomentar a criação de grupos de pesquisa em campos de investigação de interesse do COMAER;

X - divulgar trabalhos científicos produzidos no campus por meio da publicação de livros e periódicos, da realização de eventos científicos e culturais, e da disponibilização desse acervo em meios digitais de alcance da comunidade acadêmica nacional e internacional;

XI - conferir diplomas, certificados títulos acadêmicos, bem como manter os registros em livros próprios;

XII - na esfera acadêmica, promover, delinear e desenvolver as atividades e estudos prospectivos e estratégicos na área do Poder Aeroespacial de interesse do COMAER;

XIII - estabelecer, coordenar e supervisionar as atividades de governança acadêmica, controle interno, comunicação social, inteligência, segurança do trabalho, investigação e justiça, sustentabilidade ambiental, assistência religiosa, assessoramento jurídico e relações institucionais sob a responsabilidade da Universidade;

XIV - zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural sob a responsabilidade da Universidade;

XV - formular os atos administrativos e normativos requeridos para a execução da gestão administrativa e do ensino da Universidade;

XVI - estabelecer, coordenar e supervisionar as atividades e ações administrativas de recursos humanos, execução orçamentária, patrimônio e recursos tecnológicos da UNIFA;

XVII - coordenar e deliberar, junto às Organizações Militares apoiadoras, as demandas requeridas de apoio e suporte à execução das atividades da gestão administrativa e acadêmica sob a competência e responsabilidade da UNIFA;

XVIII - promover o atingimento de resultados e índices quantitativos e qualitativos de excelência nas diferentes dimensões das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no campus da Universidade;

XIX - mediante coordenação prévia com a DIRENS, promover e articular, junto ao Ministério da Defesa, Órgãos de Direção Geral e Setorial da Aeronáutica, demais Forças Armadas, inclusive de outros países, e às instituições públicas e privadas, ações de interesse para as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UNIFA;

X - normatizar e coordenar as atividades, atribuições e ações relativas a atuação do Comitê Superior (COMSUP) da UNIFA;

XXI - monitorar e avaliar a execução e a utilização dos recursos e da metodologia de Educação a Distância em cursos, estágios, treinamentos e capacitações de militares e servidores civis conduzidos no âmbito do campus;

XXII - gerenciar o alinhamento metodológico de Ensino de Língua Inglesa nas Escolas de Formação do COMAER;

XXIII - promover a certificação da proficiência linguística, em inglês e espanhol, de militares e civis do COMAER; e

XXIV - executar atividades de tradução para o COMAER.

Art. 82. À EAOAR compete:

I - ministrar o Curso de Aperfeiçoamento (CAP), com equivalência aos cursos de pós-graduação lato sensu no nível de especialização, e outros cursos e estágios que lhe forem atribuídos;

II - elaborar e executar os planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas;

III - promover simpósios, seminários e outros eventos necessários ao desenvolvimento das suas atividades de ensino; e

IV - realizar estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse da Aeronáutica, em particular, e das Forças Armadas, em geral.

Art. 83. À ECEMAR compete:

I - ministrar cursos de altos estudos militares, com equivalência aos cursos de pós-graduação stricto sensu no nível de mestrado e doutorado, e outros cursos e estágios que lhe forem atribuídos;

II - elaborar e executar planos e programas relativos ao ensino e às atividades a serem desenvolvidas;

III - promover simpósios, seminários e outros eventos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino; e

IV - realizar estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse da Aeronáutica, em particular, e das Forças Armadas, em geral.

Art. 84. À DIRSA compete tratar das atividades relacionadas com a área da saúde, no âmbito do COMAER, de modo a planejar, direcionar, normatizar, sistematizar, gerenciar e controlar os processos executados pelo Sistema de Saúde da Aeronáutica.

Art. 85. Ao CGABEG compete prestar assistência biopsicossocial aos militares idosos da reserva remunerada ou reformados do COMAER.

Art. 86. Ao CEMAL compete realizar estudos e pesquisas no campo pericial, voltados para a medicina aeroespacial, e o controle médico do pessoal civil, não aeronavegante, pessoal aeronavegante e de terra, militar, no âmbito do COMAER.

Art. 87. Aos Hospitais de Aeronáutica compete prestar assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica, em suas respectivas áreas de jurisdição, aos militares do COMAER e aos seus dependentes, sendo vocacionados para assistência de média complexidade, oferecendo também serviços de baixa agregação tecnológica.

Art. 88. Ao Hospital Central e aos demais Hospitais de Força Aérea compete prestar assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica, em suas respectivas áreas de jurisdição, aos militares do COMAER e aos seus dependentes, sendo vocacionados para assistência de alta complexidade, oferecendo também serviços de média e baixa agregação tecnológica.

Art. 89. Ao IMAE compete desenvolver o estudo, a pesquisa, o aperfeiçoamento, o treinamento e a instrução no campo da Medicina Aeroespacial e Medicina Operacional.

Art. 90. Ao LAQFA compete fabricar, manipular, distribuir, comercializar os medicamentos e produtos para saúde de interesse do COMAER.

Art. 91. Às Odontoclínicas de Aeronáutica compete prestar assistência odontológica aos militares da Aeronáutica e aos seus dependentes.

Art. 92. Ao IPA compete desenvolver ações nos diversos campos da Psicologia, oferecendo o suporte especializado às Organizações Militares (OM) e ao pessoal, no âmbito do COMAER.

Art. 93. Ao DCTA compete planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER.

Art. 94. Aos Centros de Lançamento (CL) compete executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

Art. 95. Ao CPORAER-SJ compete:

I - formar Aspirantes a Oficial da Reserva da Aeronáutica, de 2ª Classe, proporcionando aos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) a prestação do Serviço Militar em nível compatível com sua formação técnico-profissional; e

II - preparar Aspirantes a Oficial de Infantaria, estagiários de engenharia convocados do curso profissional do ITA, para o ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.

Art. 96. À COPAC compete gerenciar projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER, articulando as ações necessárias para alcançar eficácia e eficiência no ciclo de vida desses materiais e sistemas.

Art. 97. Ao GAP-SJ compete executar as atividades de apoio administrativo, de infraestrutura e gestão de recursos humanos pertinentes à Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ).

Art. 98. Ao IAE compete realizar pesquisa e serviços tecnológicos, bem como atuar no desenvolvimento e no gerenciamento de projetos nos campos de aeronáutica, de acesso ao espaço e de defesa, de interesse do COMAER, do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE) e demais Forças no desenvolvimento, nacionalização de componentes de sistemas aeroespaciais e defesa e, excepcionalmente, apoiar a indústria nacional nas áreas de interesse do COMAER.

Art. 99. Ao IEAv compete realizar pesquisa básica e aplicada, de caráter científico e tecnológico, ampliando o conhecimento científico e o domínio de tecnologias para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro.

Art. 100. Ao IFI compete prestar serviços técnicos especializados para o fortalecimento do complexo industrial aeroespacial e realizar pesquisa científica nos campos de sua atuação, conforme os Planos e Programas estabelecidos pelo DCTA.

Art. 101. Ao IPEV compete prestar serviços tecnológicos especializados na área de ensaios em voo, instrumentação de aeronaves e telemetria de dados para apoio à pesquisa, desenvolvimento e certificação de produtos aeronáuticos, bem como formar pessoal especializado em ensaios em voo.

Art. 102. Ao ITA compete promover, por meio da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com o Campo Aeroespacial e a formação de profissionais de nível superior nas especializações de interesse do COMAER e do Setor Aeroespacial em geral.

Art. 103. À PASJ compete executar as atividades de administração dos imóveis residenciais sob sua responsabilidade.

Art. 104. Ao DECEA compete planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do Comando da Aeronáutica.

Art. 105. Ao CGNA compete permitir, a partir das intenções de voo, a harmonização do gerenciamento do fluxo de tráfego aéreo, do espaço aéreo e das demais atividades relacionadas com a navegação aérea, proporcionando a gestão operacional das ações correntes dos processos de Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM) e de infraestrutura relacionada, visando à suficiência e à qualidade dos serviços prestados no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

Art. 106. Ao CIMAER compete prestar o serviço de previsão e vigilância meteorológicas no SISCEAB, fornecer prognósticos para o emprego aeronáutico, apoiar as atividades relativas à Meteorologia de Defesa, gerenciar a aplicação da climatologia para fins aeronáuticos e a divulgação de informações meteorológicas aeronáuticas e espaciais, fomentar estudos e intercâmbios, visando ao aprimoramento profissional e à qualidade na prestação de serviço, e representar o COMAER junto aos órgãos nacionais e internacionais relacionados à Meteorologia Aeronáutica.

Art. 107. À CISCEA compete promover as atividades relacionadas com a implantação de projetos voltados para o desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e de outros projetos de interesse do COMAER que lhe forem atribuídos, bem como a modernização de sistemas já implantados.

Art. 108. Ao GEIV compete executar as atividades relacionadas com a Inspeção em Voo e com a Radiomonitoragem de interesse do SISCEAB.

Art. 109. Ao ICA compete desempenhar as atividades relacionadas com cartografia aeronáutica, informações aeronáuticas, elaboração de procedimentos de navegação aérea e concepção de espaço aéreo.

Art. 110. Ao ICEA compete capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos no âmbito do SISCEAB.

Art. 111. À JJAER compete apurar, julgar administrativamente e aplicar as penalidades previstas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na legislação complementar, por infrações de tráfego aéreo e descumprimento das normas que regulam o SISCEAB.

Art. 112. À MTAB-Bolívia compete prover as gestões administrativas, técnicas e operacionais necessárias à integração dos serviços de navegação aérea dos países que compõem a América do Sul, sob as orientações, normas e serviços prestados pelo DECEA, para apoio ao *Comando de Seguridad y Defensa del Espacio Aéreo* (COSDEA).

Art. 113. Ao PAME-RJ compete gerenciar e executar as atividades relacionadas com o suprimento; a manutenção de equipamentos de controle do espaço aéreo, de detecção de defesa aérea e controle de tráfego aéreo; a infraestrutura e serviços de telemática atribuídos pelo DECEA; a manutenção da rede de telecomunicações do COMAER; e a impressão e distribuição das publicações aeronáuticas, de acordo com as normas estabelecidas pelo DECEA.

Art. 114. Ao 1º GCC compete gerenciar as atividades relacionadas com a instalação, a operação e a manutenção dos meios transportáveis de comunicações, controle e alarme aerotáticos.

Art. 115. Ao CRCEA-SE compete prover os serviços de controle do espaço aéreo e de telecomunicações do COMAER, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, na área definida como de sua responsabilidade.

Art. 116. Aos CINDACTA compete executar as atividades relacionadas com a vigilância e o controle da circulação aérea geral, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, nas áreas definidas como de sua responsabilidade.

Art. 117. À SEFA compete:

I - supervisionar a gestão das atividades relacionadas à administração financeira; à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, de todos os recursos e de qualquer natureza disponibilizados; aos contratos, convênios, instrumentos congêneres e afins, entre outros, em suporte ao pessoal e às organizações do Comando da Aeronáutica (COMAER), de responsabilidade da DIREF;

II - supervisionar a gestão das atividades relacionadas com as áreas de provisões e material de intendência, de pagamento de pessoal (ativos, veteranos, pensionistas e civis inativos), de subsistência, da ocupação produtiva de áreas sob subordinação, de transporte de superfície, de hotelaria, bem como, das atividades relacionadas com as áreas de aquisições especiais, do apoio logístico de campanha, entre outros, de responsabilidade da DIRAD;

III - supervisionar as atividades da DIREF e da DIRAD, como Órgãos Centrais de implementação e de execução das ações, no âmbito do COMAER, relativas aos sistemas corporativos internos e externos do Poder Executivo Federal, bem como de outros sistemas corporativos que vierem a ser criados ou substituídos, relacionados com as competências da DIREF e da DIRAD;

IV - zelar pelo estrito cumprimento das normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas corporativos do Poder Executivo Federal, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos, bem como das orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) sob responsabilidade da DIREF, da DIRAD e OM subordinadas;

V - manter relacionamento proativo com os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), concernentes às atividades relacionadas à gestão de apoio às atividades de execução administrativas e de suporte finalístico; e à gestão de apoio às atividades de execução financeira, orçamentária, patrimonial e contábil do COMAER;

VI - prestar o apoio administrativo aos militares veteranos e ao pessoal civil aposentado do COMAER;

VII - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos administrativos de apuração: Sindicância, Inquérito Policial-Militar (IPM), Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Tomada de Contas Especial (TCE), Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE) e de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica (PAR), no âmbito da SEFA; e

VIII - assessorar o Comandante da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), e subsidiar, quando for o caso, os dirigentes dos demais Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), nos assuntos de competência da SEFA.

Art. 118. À DIREF compete:

I - gerenciar as atividades relativas: à administração financeira; à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil de todos os recursos e de qualquer natureza disponibilizados; aos contratos, convênios, convênios com fundações de apoio, termos de execução descentralizada, termos de parceria, termos de fomento, acordos de cooperação, instrumentos congêneres e afins, operações de crédito, entre outros, e à estruturação de modelos e construção de cenários econômico-financeiros de interesse do Comando da Aeronáutica (COMAER);

II - propor ao Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica (CONSEFA), a aplicação das suplementações, dos contingenciamentos, dos aumentos ou das reduções de limites orçamentários referentes ao PA em execução, em conformidade com os objetivos e metas estabelecidos no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, em coordenação com a SEFA, a DIRAD e os COMAR;

III - gerenciar, elaborar a programação financeira e controlar as arrecadações do FAer, sob responsabilidade do COMAER, em coordenação com a SEFA, a DIRAD, os COMAR e OM subordinadas;

IV - manter, com órgãos externos, os contatos necessários à condução de assuntos afetos aos Sistemas de Administração Financeira, de Contabilidade e de Serviços Gerais do Executivo (SISG), além de outros sistemas corporativos, em coordenação com a SEFA;

V - zelar pelo cumprimento das normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal, além de outros sistemas corporativos, bem como das orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), em coordenação com a SEFA; e

VI - operacionalizar, por intermédio da Subdiretoria de Contratos e Convênios (SUCONV), as ações afetas à coordenação e governança de novos projetos de gestão de interesse do COMAER, dentre eles as Parcerias Público-Privadas (PPP), demais parcerias e processos de descentralização administrativa.

Art. 119. À DIRAD compete:

I - normatizar e orientar as atividades relacionadas com o apoio administrativo;

II - gerenciar, normatizar, orientar, fiscalizar e supervisionar as atividades dos sistemas de provisões e material de intendência; de pagamento de pessoal da ativa, veteranos e pensionistas; de subsistência; de transporte de superfície; de hotelaria; de moradia funcional; de apoio à logística de campanha; e das aquisições especiais em todos os níveis, no âmbito do COMAER;

III - propor a política, elaborar programas e planos, bem como estabelecer normas, princípios e critérios pertinentes à sua área de atuação;

IV - conceber, gerenciar e fiscalizar a implantação de sistemas informatizados para as atividades dos diversos sistemas sob suas responsabilidades;

V - procurar, selecionar e cadastrar as fontes logísticas, visando à mobilização, na sua área de atuação;

VI - pré-qualificar empresas para execução e/ou prestação de serviços relativos às suas atividades sistêmicas;

VII - propor os ajustes orçamentários necessários à execução do Plano de Ação (PA), quando necessário, da DIRAD e OM subordinadas, em coordenação com a SEFA e o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

VIII - analisar e orientar as necessidades de capacitação com intuito de dirimir riscos de conformidade da área administrativa;

IX - analisar, orientar e disseminar as melhores práticas processuais com o intuito de minimizar os riscos procedimentais;

X - preparar, operacionalmente, o pessoal militar, no âmbito da logística de Intendência e de campanha, visando seu emprego em manobras e em operações humanitárias e de guerra;

XI - estabelecer a ligação com órgãos externos ao COMAER, nos assuntos relativos à sua área de atuação;

XII - elaborar e aprovar planos e programas administrativos e logísticos relativos à sua esfera de competência;

XIII - aprovar o Programa de Trabalho Anual (PTA) da DIRAD e das OM subordinadas;

XIV - instaurar e propor os devidos procedimentos administrativos de apuração, de acordo com as normas em vigor, no âmbito da DIRAD e OM subordinadas; e

XV - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica nos assuntos atinentes à sua esfera de competência.

Art. 120. À BREVET compete:

I - operacionalizar o pagamento dos veteranos e pensionistas a ela vinculados;

II - apoiar e orientar os veteranos e os pensionistas, que a ela estejam vinculados, em questões relacionadas com os seus interesses;

III - controlar os dados cadastrais de seus vinculados, tomando as providências compatíveis com a legislação em vigor para mantê-los em ordem e em dia; e

IV - relacionar-se com organizações externas ao COMAER em assuntos que lhe forem afetos.

Art. 121. Ao CAE compete:

I - conduzir as ações necessárias à realização de certames licitatórios de interesse das Organizações Apoiadas e do Centro;

II - conduzir as ações necessárias à celebração de contratos e convênios de interesse das Organizações Apoiadas e do Centro;

III - conduzir as ações necessárias à realização de despesas de interesse das Organizações Apoiadas e do Centro;

IV - estabelecer diretamente, com as Organizações Apoiadas, ligações sistêmicas necessárias ao cumprimento de sua missão;

V - propor à DIRAD a elaboração de normas e orientações específicas necessárias ao funcionamento da OM; e

VI - realizar os procedimentos de execução orçamentária, financeira e patrimonial aplicáveis às Organizações Apoiadas e ao Centro, de acordo com o previsto em seu Regimento Interno.

Art. 122. À FAYS compete:

I - ocupar produtivamente as áreas sob sua responsabilidade com atividades agroindustriais; suprir as Organizações Militares do COMAER, com gêneros alimentícios de sua produção e/ou beneficiamento, bem como adquiridos para distribuição; abastecer o pessoal militar e civil das Guarnições de Aeronáutica (GUARNAER), por meio de um Serviço de Reembolsável, e disponibilizar o excedente da produção.

Art. 123. Ao GALC compete:

I - propor normas e doutrinas que orientem a atuação dos agentes da Logística de Campanha no que tange aos procedimentos de controle e armazenagem dos materiais que compõem o acervo de campanha do Grupamento, bem como no que diz respeito ao planejamento, desdobramento, montagem, operação, reversão, apuração de custos e análise de relatórios relativos a missões das Unidades Celulares;

II - gerenciar projetos estratégicos afetos à Logística de Campanha, no que diz respeito às Unidades Celulares;

III - promover eventos e coordenar instruções que visem fomentar o estudo e a pesquisa de materiais, serviços, técnicas, doutrina e atividades pertinentes à Logística de Campanha;

IV - atuar como órgão de apoio logístico ao homem em missões realizadas em áreas desprovidas de infraestrutura básica, ou aquelas colapsadas devido a catástrofes naturais antropogênicas ou, ainda, em apoio a exercícios, operações ou ações de Garantia da lei e da Ordem (GLO), conforme ordem superior recebida; e

V - manter em condições de uso e emprego imediato os equipamentos e materiais de apoio afetos às atividades de Unidades Celulares realizando as atividades de manutenção, controle, armazenagem e higienização.

Art. 124. Aos GAP compete:

I - administrar o pessoal militar e civil pertencente ao seu efetivo ou às organizações apoiadas colocadas sob sua responsabilidade;

II - prover o apoio de infraestrutura, referente ao Grupamento e às organizações apoiadas, quando sob a sua responsabilidade e conservar os bens móveis e imóveis colocados sob sua responsabilidade;

III - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de finanças, de provisões, de licitações e contratos, de contabilidade patrimonial, de registro, de protocolo e arquivo, de tecnologia da informação e de subsistência, referentes ao Grupamento e às organizações apoiadas, quando sob a sua responsabilidade;

IV - atender às solicitações de transporte de superfície, referentes ao Grupamento, às organizações apoiadas e a outros casos previstos em legislação específica, sob a sua responsabilidade;

V - prover a manutenção dos serviços de comunicações, de comando, de controle, de tecnologia da informação, de redes telefônicas e de dados informatizados, bem como das instalações e serviços que lhe sejam atribuídos;

VI - prover as organizações apoiadas de bens e serviços específicos, na quantidade, momento e local adequados, de acordo com as responsabilidades que lhe sejam atribuídas; e

VII - conservar os bens móveis e imóveis colocados sob sua responsabilidade.

Art. 125. Às Prefeituras de Aeronáutica compete:

I - promover a manutenção, conservação, distribuição e recebimento dos Próprios Nacionais Residenciais sob sua responsabilidade; e

II - propor as normas internas e estabelecer critérios, elaborando planos e programas, conforme diretrizes do Órgão de Coordenação do Sistema de Próprios Nacionais Residenciais (SISPNR).

CAPÍTULO IV ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 126. Ao Chefe da ASOCEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da ASOCEA;

II - assessorar, direta e imediatamente, o CMTAER, nos assuntos de sua competência;

III - encaminhar as publicações, previstas na NSCA 5-1, relativas à Vigilância da Segurança Operacional e à Vigilância da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita do Controle do Espaço Aéreo ao GABAER para aprovação;

IV - aprovar planos e procedimentos relativos à Vigilância da Segurança Operacional e à Vigilância da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita do Controle do Espaço Aéreo; e

V - gerenciar o Programa de Vigilância da Segurança Operacional e o Programa de Vigilância da Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita dos Serviços de Navegação Aérea.

Art. 127. Ao Chefe da ASPAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - assessorar o CMTAER nos assuntos de sua competência;

II - dirigir, coordenar e controlar os trabalhos da ASPAER, estabelecendo as diretrizes e normas necessárias ao seu funcionamento; e

III - acompanhar ou representar o CMTAER em cerimônias e atos oficiais.

Art. 128. Ao Chefe do CECOMSAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - assessorar o CMTAER no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo;

II - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CECOMSAER;

III - propor as diretrizes, os planos e as normas do SISCOMSAE;

IV - elaborar e apresentar ao GABAER a proposta orçamentária anual e plurianual do Centro;

V - aprovar o Plano Setorial de Comunicação Social e demais publicações de competência do CECOMSAER;

VI - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação, apresentando os relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

VII - orientar os Órgãos do Comando da Aeronáutica no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação e seus regulamentos;

VIII - exercer a função de Ordenador de Despesas do CECOMSAER; e

IX - firmar contratos, convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação técnica no âmbito das finalidades atribuídas ao CECOMSAER.

Art. 129. Ao Chefe do CENCIAR, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades sob sua responsabilidade, expedindo orientações e normas, quando necessárias;

II - assessorar diretamente o Comandante da Aeronáutica e propor diretrizes para as políticas relativas à auditoria interna governamental, à gestão de riscos corporativos e ao estabelecimento dos controles internos da gestão;

III - propor ao Comandante da Aeronáutica a admissão e a movimentação do pessoal civil e militar de interesse do Centro de Controle Interno da Aeronáutica;

IV - coordenar a movimentação dos servidores públicos da carreira de Finanças e Controle alocados no Comando da Aeronáutica; e

V - representar o Comandante da Aeronáutica, em assuntos que dizem respeito à auditoria interna governamental, junto ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 130. Ao Chefe do CIAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - supervisionar o desenvolvimento da Atividade de Inteligência no âmbito do COMAER;

II - propor a atualização do Plano de Inteligência da Aeronáutica e demais normas do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER);

III - aprovar o Plano de Inteligência Específico dos Adidos Aeronáuticos e demais publicações de competência do CIAER; e

IV - promover a capacitação dos recursos humanos dos elos do SINTAER, bem como o desenvolvimento da mentalidade de Inteligência no âmbito do COMAER.

Art. 131. Ao Chefe do CENIPA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do CENIPA e dos SERIPA;

II - assessorar o CMTAER em todos os assuntos referentes à prevenção e à investigação de ocorrências aeronáuticas, bem como à investigação de ocorrências espaciais;

III - aprovar os programas de formação, treinamento e aperfeiçoamento técnico-profissional dos recursos humanos para o desempenho das atividades do SIPAER;

IV - encaminhar ao CMTAER as necessidades relativas à formação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento técnico-profissional a serem atendidas pelo Plano de Missões de Ensino (PLAMENS) e pelo Plano de Missões Técnico-Administrativas (PLAMTAX);

V - propor ao CMTAER o PPAA para o COMAER;

VI - presidir as Sessões Plenárias do CNPAA;

VII - supervisionar a participação de autoridade estrangeira nas investigações de ocorrências aeronáuticas no Brasil, nos termos do Anexo 13 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional e demais compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

VIII - supervisionar a participação brasileira na investigação de ocorrências aeronáuticas no exterior, nos termos do Anexo 13 à Convenção sobre Aviação Civil Internacional e demais compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

IX - supervisionar a participação de autoridade estrangeira nas investigações de ocorrências espaciais no Brasil, nos termos de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

X - indicar e coordenar a participação de representante do SIPAER em eventos de interesse relativos à segurança de voo;

XI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias do SIPAER;

XII - coordenar a Ação Orçamentária referente à investigação e prevenção de ocorrências aeronáuticas, bem como à investigação de ocorrências espaciais, em conformidade com a ICA 170-2, que dispõe sobre “Proposta Orçamentária”;

XIII - aprovar, coordenar e controlar a descentralização e a aplicação do crédito orçamentário dos recursos financeiros destinados às atividades de investigação e prevenção de ocorrências aeronáuticas, bem como à investigação de ocorrências espaciais, em favor dos órgãos de interesse do SIPAER;

XIV - propor ao CMTAER, os nomes dos novos Chefes dos SERIPA; e

XV - propor a movimentação de pessoal no âmbito do CENIPA e dos SERIPA.

Art. 132. Aos Chefes de SERIPA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CENIPA, compete:

I - dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e comandar as atividades do SERIPA;

II - assessorar o Chefe do CENIPA no estudo dos assuntos submetidos à sua apreciação;

III - propor ao CENIPA o aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento do SERIPA;

IV - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com suas atribuições;

V - participar do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

VI - assegurar o cumprimento de todas as normas emanadas pelo CENIPA; e

VII - exercer outras atividades que lhe sejam delegadas pelo Chefe do CENIPA.

Art. 133. Ao Secretário de Avaliação e Promoções, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da SECPRM, estabelecendo diretrizes e normas necessárias ao seu funcionamento;

II - assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos de sua esfera de competência;

III - exercer a função de Secretário da CPO e assessorar o Presidente da CPO nos assuntos referentes à avaliação e à promoção de oficiais, em consonância com o estabelecido em regulamento específico daquela Comissão;

IV - exercer a função de Presidente da CPG, de acordo com o estabelecido em regulamento específico daquela Comissão;

V - zelar pelo cumprimento, na sua área de atuação, das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais de sistemas do COMAER; e

VI - aprovar demais atos de sua responsabilidade previstos na legislação em vigor.

Art. 134. Ao Chefe do GABAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - assegurar o assessoramento ao CMTAER no desempenho de suas atribuições;

II - secretariar as reuniões do ALTCOM;

III - dirigir os trabalhos do GABAER, estabelecendo as diretrizes e normas necessárias ao seu funcionamento;

IV - acompanhar ou representar o CMTAER em cerimônias e atos oficiais;

V - supervisionar as atividades administrativas e operacionais das Unidades Aéreas subordinadas; e

VI - coordenar com o COMAE o emprego de meios aéreos no cumprimento de missões de transporte aéreo de Autoridades.

Art. 135. Ao Comandante do EDA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do GABAER, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do EDA;
- II - baixar as normas internas que estabeleçam níveis de proficiência, padrões de segurança e critérios para a seleção e recrutamento;
- III - manter o escalão superior informado da situação do EDA quanto a atividades e programas de trabalho, sugerindo a adoção das medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, planos e programas oriundos dos escalões superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;
- V - convocar e presidir o Conselho Operacional (COp); e
- VI - participar das demonstrações aéreas como líder de formação.

Art. 136. Ao Comandante do GTE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do GABAER, compete:

- I - assegurar o cumprimento das missões atribuídas à Unidade Aérea, bem como de outras que venham a ser destinadas ao Grupo;
- II - planejar, coordenar e controlar o emprego dos esquadrões que lhe são subordinados;
- III - liderar a Unidade Aérea no solo e no ar;
- IV - assegurar o cumprimento do Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO);
- V - assegurar o cumprimento de normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;
- VI - atuar como Agente Diretor e Ordenador de Despesas adotando todas as medidas de caráter administrativo necessárias ao pleno desempenho de suas atribuições legais e ao cumprimento da missão institucional da Unidade Aérea;
- VII - zelar pela administração e pela instrução do pessoal da Unidade Aérea;
- VIII - zelar para que as condições físicas das instalações atendam às necessidades administrativas e operacionais;
- IX - manter em alto padrão a qualificação dos aeronavegantes que concorrem às escalas de voo do GTE, bem como a dos mantenedores e do pessoal de apoio;
- X - assegurar o cumprimento das Normas Padrão de Ação (NPA) do Grupo; e
- XI - convocar e presidir o Conselho Operacional, de Instrução e de Doutrina (COID).

Art. 137. Ao Diretor do INCAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar as atividades do INCAER;
- II - normatizar, orientar e controlar as atividades do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT);
- III - supervisionar e controlar as atividades do Museu Aeroespacial (MUSAL);
- IV - assessorar o CMTAER, mantendo-o informado sobre os assuntos relativos às atividades do INCAER;
- V - participar, como membro nato, das atividades do Conselho Superior do INCAER;
- VI - propor ao CMTAER o preenchimento dos cargos da estrutura organizacional do INCAER;
- VII - orientar e coordenar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;
- VIII - consultar o Conselho Superior do INCAER, se pertinente, sobre as propostas de atividades culturais de interesse da aeronáutica brasileira; e
- IX - orientar a elaboração do Plano Setorial do INCAER.

Art. 138. Ao Diretor do MUSAL, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do INCAER, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do MUSAL;
- II - supervisionar a elaboração dos planos anuais e plurianuais e encaminhá-los ao INCAER;
- III - elaborar e fazer cumprir o Programa de Trabalho Anual (PTA), de acordo com o Plano Setorial do INCAER;
- IV - obter meios para atendimento às atividades educacionais e culturais envolvendo escolas, exposições externas e eventos festivos julgados de interesse;
- V - promover eventos de divulgação da Força Aérea e da Aeronáutica brasileira;
- VI - assessorar os escalões superiores nos assuntos de patrimônio cultural da Aeronáutica;
- VII - zelar pelo cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais de Sistemas do COMAER; e
- VIII - propor ao INCAER o estabelecimento de termos de parceria dentro da sua área de atuação.

Art. 139. Ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - dirigir, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas no EMAER;
- II - aprovar os atos de sua responsabilidade, previstos na legislação em vigor; e
- III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 140. Ao Comandante de Operações Aeroespaciais, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do COMAE;
- II - orientar e supervisionar o funcionamento do SISDABRA, de acordo com as normas e diretrizes operacionais vigentes;
- III - orientar e supervisionar o planejamento e a condução das operações aeroespaciais, de acordo com as diretrizes emanadas dos escalões superiores;
- IV - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Emprego do Poder Aeroespacial;
- V - aprovar a proposta orçamentária anual, o plano de obras e o plano de metas;
- e
- VI - supervisionar o cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER e do Ministério da Defesa, na sua área de atuação.

Art. 141. Ao Comandante de Preparo, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do CMTAER, compete:

- I - dirigir, monitorar e avaliar os cenários a fim de direcionar e monitorar os processos relacionados ao preparo dos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea sob sua responsabilidade;
- II - dirigir, monitorar e avaliar os cenários a fim de direcionar e monitorar os projetos setoriais do COMPREP e os projetos estratégicos do COMAER, em sua área de responsabilidade;
- III - dirigir, monitorar e avaliar os cenários a fim de direcionar e monitorar os processos relacionados aos Sistemas do COMAER dos quais o COMPREP seja Órgão Central;
- IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED;

V - adjudicar Meios Aeroespaciais e de Força Aérea sob sua responsabilidade aos Comandos Operacionais ativados;

VI - assessorar o Comandante da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica quanto à formulação da Estratégia, da Doutrina e dos Planos necessários ao preparo dos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea sob sua responsabilidade; e

VII - zelar, na sua área de atuação, pelo cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas expedidos pelo Ministério da Defesa, pelo Comando da Aeronáutica e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 142. Aos Comandantes de Comando Aéreo Regional, no âmbito de suas respectivas OM, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante com as diretrizes do escalão superior, compete:

I - manter relações institucionais com as demais Forças Singulares, órgãos e entidades do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como aos pertencentes à sociedade, de forma a colaborar com a projeção e a preservação da boa imagem do COMAER em sua área de jurisdição;

II - coordenar as atividades jurídicas, de inteligência, de comunicação social e de cerimonial militar na sua área jurisdicionada; e

III - receber as comunicações, intimações ou citações destinadas ao Comando da Aeronáutica, advindas de órgãos externos, como as do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Advocacia Geral da União, procedendo o tratamento adequado a tais documentos, conforme orientação e assessoramento da COJAER.

Art. 143. Aos Comandantes de Bases Aéreas, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de Preparo, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo das Unidades Militares subordinadas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao emprego das Unidades Militares subordinadas, para o cumprimento de Ações de Força Aérea e Operações Militares específicas, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do Comando Operacional que detenha o controle operacional de seus meios, adjudicados pelo COMPREP;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao suporte operacional, logístico e de segurança e defesa em apoio às Unidades Militares subordinadas ou que operem temporariamente na Base Aérea, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades que envolvam as OM e frações que componham a GUARNAE sob sua responsabilidade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 144. Aos Comandantes de Unidades Aéreas (Grupos de Aviação, Esquadrões isolados e Esquadrilhas isoladas), no âmbito do COMPREP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante de seu Comando Operacional, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar o preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens emanadas do COMPREP e da Base Aérea a que estiver subordinada;

II - planejar, executar, controlar e ajustar o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, em estrito contato com a Base Aérea a que estiver subordinada, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar os processos administrativos da Unidade Gestora Controle (UG CONT).

Art. 145. Ao Comandante do EAS, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da Base Aérea de Campo Grande, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar o preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e atividades que lhe forem atribuídas conforme diretrizes, ordens e planos emanados pelo COMPREP e pela Base Aérea de Campo Grande;

II - planejar, executar, controlar e ajustar o emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, em estrita coordenação com a Base Aérea de Campo Grande, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas dos Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER; e

IV - planejar, executar, controlar e ajustar os processos administrativos da Unidade Gestora Controle (UG CONT).

Art. 146. Ao Comandante do GITE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da Base Aérea de Natal, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relativas aos cursos de especialização de interesse do COMPREP.

Art. 147. Ao Diretor do CPBV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante de Preparo, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades técnico-operacionais necessárias ao apoio à execução dos exercícios, campanhas, projetos e programas de ensaios, testes e experimentos de interesse, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao suporte operacional, logístico e de segurança e defesa em apoio às Unidades Militares que operem temporariamente na sua área de jurisdição, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados do COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo e qualificação técnica para o pessoal de apoio, bem como a sua atualização e treinamento necessário ao cumprimento de suas missões específicas;

IV - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relativas à preservação da integridade da área jurisdicionada ao COMAER, sob responsabilidade do CPBV; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CRED.

Art. 148. Ao Diretor do IAOp, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante de Preparo, compete:

I - planejar, executar, coordenar e controlar as atividades administrativas e técnico-operacionais do COMPREP no que diz respeito ao desenvolvimento de Técnicas Operacionais, Táticas Operacionais e Soluções Operacionais bem como no que concerne à gestão do conhecimento e assessoramento nas áreas de Aplicações Operacionais de interesse, com vistas aumentar a capacidade de preparo e emprego dos Meios Aeroespaciais e de Força Aérea;

II - manter a capacitação dos militares do IAOp em níveis adequados, atualizar procedimentos, analisar, aprovar e emitir normas, diretrizes e outros documentos necessários para aprimorar as atividades atribuídas ao IAOp; e

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da Unidade Gestora Credora (UG CRED).

Art. 149. Ao Comandante da 1ª BDAAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante de Preparo, compete:

I - assessorar diretamente o COMPREP em assuntos afetos à Ação de Defesa Antiaérea;

II - planejar, executar, controlar e ajustar a elaboração e as atualizações dos documentos doutrinários relacionados à Ação de Defesa Antiaérea;

III - planejar, executar, controlar e ajustar a gestão das demandas logísticas de aquisição e manutenção dos Subsistemas de Defesa Antiaérea;

IV - planejar, executar, controlar e supervisionar as atividades correlatas à Defesa Antiaérea nos Exercícios e Operações;

V - planejar e assistir o COMPREP nos assuntos correlatos à capacitação e gestão de pessoal para o cumprimento das atividades de Defesa Antiaérea;

VI - planejar, executar, controlar e ajustar o planejamento do emprego dos GDAAE, para o cumprimento da Ação de Defesa Antiaérea, de acordo com as diretrizes, ordens e planos emanados pelo Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) ou Força Aérea Componente (FAC);

VII - planejar, executar, controlar e ajustar a gestão das atividades de inteligência, conforme preconizado pelo SINTAER; e

VIII - planejar, executar, controlar e ajustar a gestão das atividades administrativas da UG CONT, de acordo com as diretrizes e ordens emanadas pelo COMPREP e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 150. Aos Comandantes dos GDAAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante de seu Comando Operacional, compete:

I - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao preparo dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens emanadas do COMPREP;

II - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades relacionadas ao emprego dos seus meios, com vistas ao cumprimento das Ações de Força Aérea e das atividades que lhe forem atribuídas, conforme diretrizes, planos e ordens específicas, quando possuir meios adjudicados a um Comando Operacional;

III - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades operacionais, administrativas e logísticas que lhe couberem, de acordo com as diretrizes, planos e ordens emanadas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - interagir com a 1ª BDAAE, nos assuntos afetos à doutrina e logística das atividades de Defesa Antiaérea, em estreita coordenação com o respectivo Comando Operacional ao qual estiver subordinado; e

V - planejar, executar, controlar e ajustar as atividades administrativas da UG CONT.

Art. 151. Ao Comandante-Geral de Apoio, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do COMGAP;

II - assessorar o CMTAER na formulação da Política referente ao apoio logístico de material, patrimônio imobiliário, obras, engenharia operacional, gestão ambiental, proteção contra incêndio, catalogação, tecnologia da informação e de serviços correlatos, visando à consecução dos objetivos estabelecidos na Política da Aeronáutica;

III - zelar pelo cumprimento, na sua área de atuação, das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais de sistemas do COMAER e do Ministério da Defesa;

IV - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do COMGAP e das OM subordinadas;

V - coordenar a elaboração da proposta orçamentária, do plano de obras e do plano de metas para atender às demandas das OM subordinadas;

VI - coordenar a elaboração do Plano Setorial do COMGAP, o qual será a base para orientar a elaboração dos Programas de Trabalho das OM subordinadas;

VII - expedir diretrizes, instruções e normas às OM subordinadas, objetivando a eficiência operacional, técnica e administrativa;

VIII - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse do COMGAP, ou quando especificamente autorizado;

IX - constituir comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no COMGAP; e

X - aprovar os atos de sua responsabilidade, previstos na legislação em vigor.

Art. 152. Ao Diretor do CECAT, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante às diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I - dirigir, orientar, coordenar e controlar o CECAT nas ações pertinentes ao cumprimento de suas tarefas, bem como nas atividades técnicas e gerenciais;

II - propor ao COMGAP diretrizes, normas, instruções e estudos necessários ao funcionamento do SISCAE;

III - gerenciar as atividades do SISCAE de acordo com as normas estabelecidas no SISCAE;

IV - aprovar normas e instruções relativas ao funcionamento do CECAT;

V - submeter, anualmente, ao COMGAP a previsão de recursos financeiros e materiais, necessários ao pleno funcionamento do CECAT;

VI - propor ao COMGAP as modificações na Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) necessárias ao funcionamento do CECAT;

VII - emitir as orientações técnicas referentes ao funcionamento do SISCAE;

VIII - participar, como representante do COMAER, das reuniões da Comissão de Coordenação do SISCAE;

IX - representar o COMAER, no que diz respeito a assuntos ligados à catalogação, junto ao CASLODE, às demais Forças Armadas, a Órgãos Públicos e Privados e a Entidades Internacionais; e

X - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do CECAT.

Art. 153. Ao Diretor do CELOG, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I -dirigir, coordenar e controlar as atividades do CELOG;

II -assinar contratos, acordos ou obrigações para a compra de material ou para prestação de serviços de interesse do COMAER;

III - zelar pelo cumprimento de diretrizes, normas, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais de sistemas do COMAER;

IV - orientar a elaboração e encaminhar as propostas orçamentárias anuais e plurianuais de competência do CELOG;

V - propor ao Comando-Geral de Apoio a expedição de atos administrativos que, por natureza, transcendam o âmbito do Centro e sejam necessários ao cumprimento de sua missão;

VI - proceder às coordenações e aos entendimentos necessários aos trabalhos de responsabilidade do CELOG;

VII - proceder a visitas de caráter técnico-comercial em empresas comerciais e industriais;

VIII - manter ligações e contatos com outros órgãos que exerçam atividades afins, visando ao intercâmbio de conhecimentos técnico-profissionais;

IX - assessorar o Comandante-Geral de Apoio quando da assinatura de contratos, ajustes, acordos ou obrigações para a compra de material ou para a prestação de serviços necessários; e

X - aprovar demais atos de sua responsabilidade previstos na legislação em vigor.

Art. 154. Ao Diretor do CTLA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do CELOG, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CTLA;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do CTLA;

III - assessorar o Diretor do CELOG nos assuntos relacionados ao Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica, ao Sistema do Correio Aéreo Nacional e ao Transporte Logístico Multimodal;

IV - manter o CELOG informado quanto à situação das atividades e programas de trabalho do CTLA, propondo a adoção das medidas julgadas necessárias ao seu funcionamento; e

V - propor o completamento e a movimentação de pessoal no âmbito do CTLA.

Art. 155. Aos Chefes de Comissão Aeronáutica Brasileira no exterior, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do CELOG, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Comissão;

II - submeter ao Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) as propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam o âmbito da CAB no Exterior e sejam necessários ao seu funcionamento.

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - assinar contratos, convênios, ajustes, acordos e outros documentos de sua competência;

V - promover visitas de caráter técnico e comercial às empresas de interesse, em sua área de atuação;

VI - coordenar ações voltadas à obtenção de informações técnico-científicas e ao acompanhamento da evolução tecnológica dos materiais e equipamentos de interesse das Forças Armadas, bem como divulgar as Forças Armadas e a indústria brasileira de material de defesa, na medida de suas possibilidades e esfera de atuação; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 156. Ao Diretor da DIRINFRA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I - dirigir, normatizar, coordenar e controlar as atividades da DIRINFRA e das Unidades Administrativas subordinadas sob sua responsabilidade;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, instruções, requisitos, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - firmar contratos, convênios e acordos com organizações congêneres civis e militares, relacionados a assuntos de sua área de atribuição;

V - editar e aprovar normas, instruções e ordens técnicas necessárias ao funcionamento dos Sistemas de Engenharia, Gestão Ambiental, Patrimônio Imobiliário e Contra incêndio; e

VI - aprovar o Plano de Trabalho Anual (PTA) da DIRINFRA e de suas Unidades Administrativas subordinadas, bem como as propostas orçamentárias anuais e plurianuais no âmbito dos Sistemas de Engenharia, Gestão Ambiental, Patrimônio Imobiliário e Contra incêndio.

Art. 157. Ao Chefe do CEPE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRINFRA, compete:

I - gerenciar, coordenar e controlar as atividades atribuídas ao CEPE;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CEPE e encaminhá-las à UGE apoiadora para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRINFRA informado das atividades e dos programas de trabalho desenvolvidos no CEPE, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover a atualização técnica de seu pessoal; e

VI - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal para o CEPE.

Art. 158. Ao Presidente da COMARA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete realizar a supervisão e a coordenação geral das atividades a cargo da COMARA.

Art. 159. Ao Diretor da DIRMAB, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades de cada componente da estrutura da DIRMAB;

II - assegurar, no âmbito do SISMAB, o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas emanados dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos demais sistemas do COMAER;

III - aprovar e efetivar normas, instruções e ordens técnicas necessárias ao funcionamento do SISMAB;

IV - assinar as Declarações de Usuário Final (*End-User*) dos materiais importados aplicados no SISMAB, sempre que necessário;

V - assessorar o COMGAP quanto a questões estratégicas e administrativas no âmbito do SISMAB que, por sua natureza, transcendam o âmbito da Diretoria e sejam necessários para sua organização ou para o cumprimento de suas atribuições;

VI - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob sua jurisdição;

VII - aprovar o PTA da DIRMAB e de suas OM subordinadas, bem como as propostas orçamentárias anuais e plurianuais no âmbito do SISMAB;

VIII - orientar e priorizar a aplicação dos recursos orçamentários previstos e recebidos, de acordo com as diretrizes emanadas dos órgãos superiores e visando a otimizar a efetividade da aplicação destes recursos no preparo e no emprego da FAB;

IX - dar solução aos processos administrativos e disciplinares, recursos, pedidos de reconsideração e de revisão, e outros atos jurídicos, relacionados à decisão ou manifestação do Diretor da DIRMAB; e

X - dirigir, coordenar e controlar as atividades relativas ao Sistema de Gerenciamento Militar de Armas da Aeronáutica (SIGMAER).

Art. 160. Aos Diretores de PAMA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRMAB, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades de cada órgão constitutivo do PAMA;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter à DIRMAB as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAMA e sejam necessários ao seu funcionamento e sua organização;

V - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do PAMA e das demais áreas que lhe forem cometidas; e

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 161. Ao Diretor do PAMB, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRMAB, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do PAMB;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter à DIRMAB as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAMB e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

V - promover a execução das medidas que visem à segurança da área sob jurisdição do PAMB e das demais áreas que lhes forem cometidas; e

VI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual.

Art. 162. Ao Diretor da DTI, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I - dirigir, coordenar, normatizar, planejar e controlar as atividades da DTI;

II - assessorar o EMAER e o Comitê de Governança Digital, de Segurança da Informação e de Proteção de Dados (CGDSIPD), por intermédio da Estrutura Técnica Operacional do STI, na formulação de planos correlatos a TI, visando à consecução dos objetivos estabelecidos no âmbito do COMAER;

III - assessorar os escalões superiores nos assuntos relativos ao STI;

IV - zelar pelo cumprimento das instruções, das normas, dos planos e dos programas expedidos pelos órgãos centrais de sistemas do COMAER;

V - aprovar os contratos e os convênios de suas Organizações subordinadas;

VI - propor, por intermédio da cadeia de comando, o estabelecimento de contratos, de convênios, de acordos e de termos de parceria com organizações congêneres civis e militares, relacionados a assuntos de sua área de atribuição;

VII - prestar assessoria aos órgãos competentes quanto à movimentação do pessoal da área de TI do COMAER, atuante no STI;

VIII - propor, por intermédio da cadeia de comando, o reacompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito da DTI e das Organizações subordinadas; e

IX - orientar as atividades das Organizações Militares subordinadas à DTI.

Art. 163. Aos Chefes dos CCA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor do DTI, compete:

I - dirigir, planejar, coordenar e controlar as atividades dos CCA;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - manter o escalão superior informado da situação dos CCA quanto às suas atividades e programas de trabalho, sugerindo a adoção de medidas julgadas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual dos CCA; e

V - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para os CCA.

Art. 164. Ao Diretor do ILA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral de Apoio, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do ILA;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios e princípios, bem como pela execução dos planos e programas provenientes dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

III - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do Instituto;

IV - apresentar proposta de currículo mínimo relativo a cada curso ou estágio ministrado no âmbito do COMGAP;

V - aprovar o Plano de Avaliação do ILA;

VI - presidir reuniões do Conselho de Ensino; e

VII - propor intercâmbios com órgãos de ensino e pesquisa, públicos e privados, com o objetivo de aperfeiçoar a Logística sob gestão do COMGAP.

Art. 165. Ao Chefe da MTAB-Assunção, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do COMGAP, compete:

I - gerenciar as atividades da MTAB-Assunção;

II - zelar pelo cumprimento das cláusulas estabelecidas no Acordo nº 55, de 10 de março de 1982, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai;

III - responsabilizar-se, no país-sede, pelas assessorias prestadas à Força Aérea Paraguaia e à Direção Nacional de Aviação Civil;

IV - observar a legislação paraguaia ao contratar pessoal necessário à MTAB-Assunção;

V - manter estreito relacionamento com a Força Aérea, Escolas de Formação e outros órgãos governamentais paraguaios que recebam assessoria da MTAB-Assunção;

VI - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

VII - orientar a elaboração e encaminhar as propostas orçamentárias anual e plurianual, de interesse da MTAB-Assunção;

VIII - administrar os recursos financeiros alocados à MTAB-Assunção; e

IX - submeter ao Comandante-Geral de Apoio propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da MTAB-Assunção e que sejam necessários ao seu funcionamento.

Art. 166. Ao Comandante-Geral do Pessoal, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos constitutivos do COMGEP;

II - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Pessoal;

III - supervisionar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades das organizações subordinadas;

IV - assegurar o cumprimento das doutrinas, normas, regulamentações, planos e programas relacionados com a Política de Pessoal do COMAER;

V - assessorar o CMTAER, mantendo-o informado sobre os assuntos relativos a pessoal;

VI - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual do COMGEP, organizando e consolidando as necessidades das organizações subordinadas; e

VII - aprovar os atos de sua responsabilidade previstos na legislação em vigor.

Art. 167. Ao Diretor do CENDOC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, compete:

I - gerenciar as atividades dos setores subordinados;

II - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - manter o COMGEP informado da situação do CENDOC quanto às suas atividades e programas de trabalho, sugerindo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IV - planejar, coordenar e controlar cursos e visitas técnicas às diversas organizações do COMAER, na sua área de competência;

V - propor o complemento e a movimentação de pessoal para o CENDOC; e

VI - orientar as atividades da OM subordinada.

Art. 168. Ao Chefe do SEGECAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Chefe do CENDOC, compete:

I - dirigir as atividades do SEGECAE;

II - elaborar as propostas orçamentárias anual e plurianual, o Programa de Trabalho Anual, o Relatório Anual de Atividades do SEGECAE e o Programa de Visitas de Assistência Técnica quanto ao trâmite de documentos oficiais, ao trato documental e ao arquivamento;

III - propor critérios e normas relativos às atividades desenvolvidas, sugerindo as medidas necessárias ao seu aprimoramento qualitativo; e

IV - avaliar metodologias e técnicas que tratem da Gestão Documental e do Gerenciamento do Conhecimento Documental, visando a assessorar o chefe do CENDOC na aplicabilidade desses recursos.

Art. 169. Ao Presidente da CDA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal (COMGEP), compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da CDA;
- II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da CDA e encaminhá-las ao Comando-Geral do Pessoal (COMGEP);
- III - coordenar a elaboração do Plano Plurianual de Obras (PPO) da OM;
- IV - gerenciar, coordenar e fiscalizar todo o Patrimônio da CDA;
- V - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;
- VI - manter o escalão superior informado das atividades da CDA, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento; e
- VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a CDA.

Art. 170. Ao Diretor da DIRAP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da DIRAP;
- II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas emanados de órgãos superiores, dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER e do Sistema de Pessoal Civil da União;
- III - propor normas, critérios e princípios sobre assuntos relativos à esfera de competência da DIRAP;
- IV - baixar, no que lhe compete, os atos administrativos relativos ao pessoal militar e civil do COMAER;
- V - submeter as propostas orçamentárias, anual e plurianual, de plano de obras e de outros planos e programas de interesse da DIRAP e dos SEREP à apreciação do COMGEP;
- VI - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal nos assuntos relativos à administração do pessoal do COMAER, de Promoção de Graduados (CPG) parte constitutiva da DIRAP, em cumprimento ao § 2º, artigo 35 do RMA 39-2 - Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), aprovado pelo Decreto nº 881/93, com funcionamento para fins de assessoria na estrutura da Secretaria de Avaliação e Promoções (SECPROM), detalhados no ROCA 21-66/2022 - Regulamento da Secretaria de Avaliação e Promoções; e
- VII - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal nos assuntos relativos à administração do pessoal do COMAER.

Art. 171. Aos Chefes de SEREP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRAP, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da OM;
- II - elaborar os programas e planos da OM;
- III - assessorar o Diretor de Administração do Pessoal em todos os assuntos referentes à administração de militares temporários, ao recrutamento de pessoal para o serviço militar, aos assuntos afetos à mobilização de pessoal, à adaptação ao serviço militar e aos exames de seleção e admissão para ingresso na Força Aérea Brasileira; e
- IV - encaminhar à DIRAP as necessidades relativas a pessoal, finanças e infraestrutura para o funcionamento da OM.

Art. 172. Ao Diretor de Ensino da Aeronáutica, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;
- II - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal na formulação da Política de Pessoal da Aeronáutica com ênfase no Ensino;
- III - estabelecer a estratégia para a consecução da Política de Ensino;
- IV - zelar pelo cumprimento das normas oriundas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- V - elaborar e aprovar os planos, as propostas e os programas desenvolvidos na DIRENS;
- VI - supervisionar, coordenar e inspecionar a execução das atividades das Organizações de Ensino (OE) subordinadas, bem como das escolas de educação básica, em caráter assistencial e supletivo;
- VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;
- VIII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito da DIRENS e das OE subordinadas;
- IX - propor convênios, contratos ou outras formas de intercâmbio ou cooperação de interesse da DIRENS;
- X - articular ações para melhoria do ensino no SISTENS com organizações do COMAER;
- XI - convocar e presidir as comissões, juntas e conselhos instituídos;
- XII - aprovar disposições relativas a exames de admissão e de seleção, cursos, estágios, exames de suficiência, currículos, planos de avaliação e demais atividades na área de competência da DIRENS;
- XIII - emitir ordem de matrícula em curso e estágio destinado à incorporação de pessoal no COMAER, derivado de exame de admissão ou de seleção; e
- XIV - orientar a seleção e a qualificação do pessoal em atividade na área de ensino do COMAER.

Art. 173. Ao Comandante da AFA, nos termos da legislação em vigor e consoante às diretrizes do Diretor de Ensino da Aeronáutica, compete:

- I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da AFA e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas;
- II - supervisionar as diversas atividades inerentes a Seleção/Admissão e a Formação, relativas aos Cursos atribuídos à AFA, em conformidade com as diretrizes da DIRENS;
- III - supervisionar o cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e centrais do COMAER;
- IV - supervisionar as atividades dos Grupos Subordinados, GSD e GSAU; e
- V - servir como referência do COMAER junto aos Órgãos e Instituições locais, na área de jurisdição da GUARNAE - YS, em consonância com as orientações do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

Art. 174. Ao Comandante do CIAAR, nos termos da legislação em vigor e consoante às diretrizes do Diretor de Ensino da Aeronáutica, compete:

- I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da CIAAR e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas;
- II - supervisionar as atividades inerentes à adaptação intelectual, profissional e moral dos alunos e estagiários dos Cursos e Estágios que forem atribuídos ao CIAAR;

III - supervisionar o planejamento e a execução das atividades relativas aos processos de seleção e admissão para a matrícula nos Cursos e Estágios que forem atribuídos ao CIAAR;

IV - supervisionar a gestão administrativa e pedagógica da modalidade de ensino em EAD (Educação a Distância), por intermédio do Instituto de Educação a Distância (IEAD), consoante às diretrizes da Diretoria de Ensino (DIRENS);

V - supervisionar as atividades dos Grupos Subordinados, GSD e GSAU; e

VI - servir como referência do COMAER junto aos Órgãos e Instituições locais, na área de jurisdição da GUARNAE - LS, em consonância com as orientações do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

Art. 175. Ao Diretor das Escolas Assistenciais (EA) compete, além das atribuições, por delegação de competência da DIRENS, representar a EA, bem como gerenciar as ações administrativas, técnicas e didático-pedagógicas do Colégio, tendo em vista o planejamento aprovado pela DIRENS.

Art. 176. Ao Comandante da EEAR, nos termos da legislação em vigor e consoante às diretrizes do Diretor de Ensino da Aeronáutica, compete:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da EEAR e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas;

II - supervisionar as diversas atividades inerentes a Seleção/Admissão, a Formação e a Pós-Formação, relativas aos Cursos e Estágios atribuídos à EEAR, em conformidade com as diretrizes da DIRENS;

III - supervisionar o cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e centrais do COMAER;

IV - supervisionar as atividades dos Grupos Subordinados, GSD e GSAU; e

V - servir como referência do COMAER junto aos Órgãos e Instituições locais, na área de jurisdição da GUARNAE - GW, em consonância com as orientações do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

Art. 177. Ao Comandante da EPCAR, nos termos da legislação em vigor e consoante às diretrizes do Diretor de Ensino da Aeronáutica, compete:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades da EPCAR e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

II - supervisionar o cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas de trabalho oriundos dos órgãos superiores e centrais do COMAER;

III - supervisionar as atividades dos Grupos Subordinados, GSD e GSAU; e

IV - servir como referência do COMAER junto aos Órgãos e Instituições locais, na área de jurisdição da GUARNAE - BQ, em consonância com as orientações do Diretor de Ensino da Aeronáutica.

Art. 178. Ao Comandante da UNIFA, nos termos da legislação em vigor e consoantes às diretrizes do Diretor de Ensino da Aeronáutica, inclusive:

I - dirigir, coordenar e controlar todas as atividades atribuídas à Universidade;

II - zelar pela preservação da memória e dos segmentos arquitetônicos sediados no campus da UNIFA;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e centrais dos sistemas do COMAER;

IV - promover e firmar, no seu nível de competência, intercâmbios, contratos, acordos, convênios e outros instrumentos legais necessários à adequada capacitação dos diversos setores da UNIFA e OE sediadas no campus;

V - expedir, registrar diplomas e certificados, aprovar normas, planos, regulamentos e documentos de ensino dos programas de pós-graduação, cursos e estágios desenvolvidos na UNIFA;

VI - designar ou dispensar Oficiais de suas áreas de atuação para o exercício de cargos específicos da UNIFA, quando determinado por escalões superiores e por delegação de competência;

VII - manter o escalão superior informado quanto ao cumprimento das atividades previstas no Programa de Trabalho Anual;

VIII - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa da área sob sua jurisdição;

IX - convocar e presidir as reuniões das comissões e conselhos constituídos;

X - zelar pela manutenção e conservação das instalações;

XI - orientar a elaboração das propostas orçamentárias, anual e plurianual, da UNIFA;

XII - prover os meios necessários ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária da UNIFA e, quando aplicável, das OE sediadas no campus;

XIII - submeter à apreciação do Diretor de Ensino da Aeronáutica as propostas de criação, modificação, desativação ou extinção de programas de pós-graduação, cursos e estágios ministrados pela UNIFA;

XIV - promover a integração entre programas e projetos da UNIFA, OE e OM sediadas no campus e outros órgãos do COMAER, visando ao aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária desenvolvidas no campus;

XV - praticar os atos administrativos requeridos para a seleção e contratação de docentes;

XVI - praticar os atos administrativos requeridos para a matrícula, conclusão, desligamento, concessão de diplomas, certificados e outros documentos relativos aos programas de pós-graduação, cursos e estágios ministrados pela UNIFA;

XVII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para a UNIFA;

XVIII - deliberar sobre a lotação, distribuição e movimentação dos servidores públicos civis regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na estrutura regimental da UNIFA;

XIX - elaborar, editar, aprovar e atualizar, na sua esfera de competência, atos, normas, publicações, planos e programas administrativos previstos na legislação em vigor; e

XX - criar, ativar e designar assessorias, comissões, comitês, conselhos e grupos de trabalho destinados ao assessoramento e às deliberações de competência da UNIFA e, quando requerido, das OE sediadas no campus.

Art. 179. Ao Comandante da EAOAR, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante da UNIFA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - aprovar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da EAOAR;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e programas desenvolvidos na EAOAR;

IV - imprimir ao ensino ministrado na EAOAR a orientação doutrinária emanada do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

V - zelar, no âmbito da Organização, pelo cumprimento das instruções, ordens, diretrizes, normas, planos e programas de trabalho oriundos da UNIFA e dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VI - matricular, quando autorizado, excluir e desligar os alunos, oficiais ou civis, brasileiros ou estrangeiros, dos respectivos cursos e estágios, de acordo com as normas em vigor;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

IX - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa no âmbito da EAOAR;

X - propor ao Comandante da UNIFA a expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da EAOAR e sejam necessários ao seu funcionamento; e

XI - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a EAOAR.

Art. 180. Ao Comandante da ECEMAR, nos termos da legislação em vigor e consoantes as diretrizes do Comandante da UNIFA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades atribuídas à Organização;

II - aprovar atos administrativos para o planejamento e a execução dos trabalhos no âmbito da ECEMAR;

III - aprovar, no seu nível de competência, os planos e programas desenvolvidos na ECEMAR;

IV - imprimir ao ensino ministrado na ECEMAR a orientação doutrinária emanada do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER);

V - zelar, no âmbito da Organização, pelo cumprimento das instruções, ordens, diretrizes, normas, planos e programas de trabalho oriundos da UNIFA e dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VI - matricular, quando autorizado, excluir e desligar os alunos, oficiais ou civis, brasileiros ou estrangeiros, dos respectivos cursos e estágios, de acordo com as normas em vigor;

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual;

VIII - convocar e presidir as Comissões e os Conselhos constituídos;

IX - nomear os membros do Corpo Docente;

X - estabelecer e fazer cumprir as normas relativas à segurança e defesa no âmbito da ECEMAR;

XI - outorgar os títulos acadêmicos auferidos dentro da competência da ECEMAR;

XII - propor ao Comandante da UNIFA a expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da ECEMAR e sejam necessários ao seu funcionamento; e

XIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a ECEMAR.

Art. 181. Ao Diretor da DIRSA nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos setores constitutivos da DIRSA;

II - emitir as diretrizes estratégicas da DIRSA, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores e centrais dos sistemas do COMAER e exercer a governança do SISAU;

III - orientar a elaboração e analisar as propostas orçamentárias anual e plurianual da DIRSA e a compatibilização das propostas das Organizações subordinadas, encaminhando-as ao COMGEP;

IV - zelar, no âmbito de sua organização, pela execução de planos e programas, bem como pelo cumprimento de diretrizes, normas e critérios oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - propor ao Comandante-Geral do Pessoal a movimentação dos oficiais dos quadros de saúde lotados na área do SISAU;

VI - acompanhar e controlar a execução física e financeira no SISAU.

VII - propor a lotação e o efetivo de pessoal militar e civil do SISAU;

VIII - manter o Comandante-Geral do Pessoal informado da situação do SISAU quanto às suas atividades e programas de trabalho, assessorando-o nos assuntos de sua área de atuação;

IX - aprovar os atos de sua competência previstos na legislação em vigor; e

X - propor contratos, convênios e acordos com organizações congêneres, externas ao âmbito do COMAER, nos assuntos relacionados com sua área de atuação.

Art. 182. Ao Diretor do CGABEG, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pela CGABEG;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual da CGABEG e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pela CGABEG, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas à CGABEG; e

VII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a CGABEG.

Art. 183. Ao Diretor do CEMAL, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo CEMAL;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CEMAL e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pelo CEMAL, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao CEMAL; e

VII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o CEMAL.

Art. 184. Aos Diretores de Hospitais de Área da Aeronáutica, Hospital Central e Hospitais de Força Aérea, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo Hospital;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias, anual e plurianual do Hospital e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - gerenciar a execução de projetos e atividades e suas respectivas metas previstas no Programa de Trabalho Anual (PTA), garantindo sua total inserção e atualização da execução no sistema GPAer ou em outro programa de acompanhamento de projetos que venha sistemicamente substituí-lo, propondo, no que couber, as medidas necessárias para sua plena execução;

V - monitorar os indicadores de desempenho da OSA, atuando de forma tempestiva nos casos de não conformidade com o previsto;

VI - gerenciar o cumprimento do estabelecido em Pacto de Gestão;

VII - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VIII - propor convênios e contratos com entidades civis, objetivando a complementação da assistência médico-hospitalar, farmacêutica e odontológica;

IX - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao Hospital; e

X - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o Hospital.

Art. 185. Ao Diretor do IMAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

I - gerenciar as atividades atribuídas ao IMAE;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do IMAE e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e dos programas de trabalho desenvolvidos no IMAE, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao IMAE; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o IMAE.

Art. 186. Ao Diretor do LAQFA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelo LAQFA;

II - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do LAQFA e encaminhá-las à DIRSA para compatibilização;

III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvidos pelo LAQFA, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

V - promover intercâmbios culturais e científicos com as organizações congêneres da área;

VI - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas ao LAQFA; e

VII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o LAQFA.

Art. 187. Aos Diretores de Odontoclínicas de Aeronáutica, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Diretor da DIRSA, compete:

- I - gerenciar as atividades desenvolvidas pelas Odontoclínicas de Aeronáutica;
- II - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual das Odontoclínicas de Aeronáutica e encaminhá-la à DIRSA para compatibilização;
- III - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- IV - manter o Diretor da DIRSA informado das atividades e do programa de trabalho desenvolvido pelas Odontoclínicas de Aeronáutica, propondo as medidas necessárias ao seu aprimoramento;
- V - promover o intercâmbio cultural e científico com as organizações congêneres da área;
- VI - propor convênios e contratos com entidades civis, objetivando a complementação de assistência odontológica;
- VII - assessorar o Diretor da DIRSA quanto à previsão e ao planejamento das atividades atribuídas às Odontoclínicas de Aeronáutica; e
- VIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para as Odontoclínicas de Aeronáutica.

Art. 188. Ao Diretor do IPA, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do Comandante-Geral do Pessoal, compete:

- I - assessorar o Comandante-Geral do Pessoal em questões inerentes ao seu cargo;
- II - dirigir, coordenar e controlar as atividades do IPA, em conformidade com a missão e a visão de futuro da FAB, bem como alinhado aos principais documentos que normatizam essa Instituição;
- III - exercer a função de Ordenador de Despesas do IPA;
- IV - convocar e presidir o CONSUP;
- V - nortear o ordenamento normativo global do IPA e do SISPA, bem como encaminhá-los para aprovação;
- VI - orientar a elaboração dos planos orgânicos do IPA;
- VII - propor o reacompletamento de pessoal para o IPA, bem como a movimentação do seu efetivo;
- VIII - firmar contratos, convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação técnica do IPA que estiverem ao alcance do posto e função aqui estabelecidos;
- IX - promover a imagem e o relacionamento institucional do IPA dentro e fora da esfera militar; e
- X - estabelecer os procedimentos de segurança orgânica e cibernética do IPA.

Art. 189. Ao Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DGCTA), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do DCTA;
- II - assessorar o CMTAER na formulação das políticas do COMAER voltadas para a área de ciência, tecnologia e inovação;
- III - manter representante da Aeronáutica no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, visando à contribuição na formulação da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais;
- IV - aprovar, quando de sua competência, planos, programas e projetos, bem como diretrizes, instruções, normas, portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao DCTA e OM subordinadas;
- V - orientar a elaboração do Plano de Gestão do DCTA e encaminhá-lo ao EMAER;

VI - orientar a elaboração e a consolidação das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do DCTA e OM subordinadas;

VII - orientar, supervisionar e decidir sobre a admissão, a formação e o aperfeiçoamento, no País e no exterior, dos recursos humanos necessários ao funcionamento do DCTA e OM subordinadas;

VIII - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse do DCTA, ou quando especificamente autorizado;

IX - supervisionar a participação dos representantes do DCTA e OM subordinadas nos Conselhos e Comissões de organizações governamentais, ou de empresas do setor aeroespacial;

X - constituir comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no DCTA;

XI - constituir comissões e grupos de trabalho internos formados para o desenvolvimento de assuntos técnicos e administrativos de interesse do DCTA; e

XII - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal o âmbito do DCTA e OM subordinadas.

Art. 190. Aos Diretores de Centros de Lançamento (CL), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CL;

II - convocar e presidir o Conselho Técnico Operacional, podendo solicitar o assessoramento de pessoal especializado que julgar essencial à elucidação de problemas operacionais;

III - assegurar a manutenção da integridade patrimonial do CL;

IV - zelar pela execução das ações que visem à segurança e à proteção ambiental na área de jurisdição do CL, adotando medidas necessárias à preservação do domínio do COMAER sobre toda sua extensão;

V - estabelecer um padrão de gestão para os serviços prestados pelos CL, que permita a obtenção e a manutenção de certificações de sistemas de gestão da qualidade ou outro, e que seja reconhecido nacional e internacionalmente;

VI - zelar pelo cumprimento dos compromissos previstos nos diversos convênios e contratos firmados pelo COMAER, referentes ao CL;

VII - assegurar o intercâmbio administrativo e técnico-operacional entre os CL;

VIII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CL;

IX - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, bem como pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

X - assegurar, para o COMAER, os ganhos econômicos decorrentes da transferência de tecnologia, licenciamento ou exploração de criação protegida de titularidade da Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT).

Art. 191. Ao Comandante do CPORAER-SJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar e fiscalizar todas as atividades do CPORAER-SJ;

II - matricular, rematricular e incluir no estado efetivo do CPORAER-SJ os candidatos aprovados no Concurso de Admissão ao ITA, os quais satisfaçam as condições regulamentares;

III - desligar, excluir do estado efetivo e incluir na reserva da Aeronáutica os alunos, de acordo com a legislação em vigor;

IV - promover os alunos ao período de instrução seguinte;

V - expedir os certificados de conclusão do curso;

VI - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Normas, Portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao CPORAER-SJ;

VII - enviar aos órgãos interessados do Sistema de Recrutamento e Mobilização de Pessoal do COMAER as informações referentes aos alunos, conforme orientação do Órgão Central; e

VIII - propor o reacomplacamento e a movimentação de pessoal para o CPORAER-SJ.

Art. 192. Ao Presidente da COPAC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir as atividades da COPAC;

II - representar o COMAER nos atos que se fizerem necessários à execução dos programas de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, conforme determinação do DCTA;

III - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual;

IV - assessorar os Órgãos de Direção-Geral e Setorial da Aeronáutica e da Administração Direta Federal, nos assuntos relativos às diferentes fases do ciclo de vida de materiais e sistemas aeronáuticos relacionadas aos projetos sob a gestão da COPAC;

V - aprovar protocolos, convênios, contratos, acordos, ajustes, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos de interesse da COPAC, na área de sua competência ou quando especificamente autorizado;

VI - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, para o acompanhamento e o recebimento de contratos, de convênios, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos jurídicos em execução na COPAC;

VII - analisar, aprovar e emitir, na área de sua competência, os documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas à COPAC; e

VIII - promover ações de gestão do conhecimento relativas ao desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, relacionadas aos projetos sob a gestão da COPAC.

Art. 193. Ao Chefe do GAP-SJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do GAP;

II - encaminhar ao DCTA as propostas orçamentárias anual e plurianual, bem como as solicitações extraorçamentárias do GAP;

III - manter o DCTA informado das atividades e programas de trabalho do GAP;

IV - assegurar o cumprimento, no âmbito da OM, das normas e demais diretrizes emitidas pelos Órgãos Superiores e Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

V - aprovar os Termos de Referência e Projetos Básicos necessários à contratação de bens referentes à vida vegetativa ou de interesse comum às unidades da GUARNAE SJ;

VI - assegurar o apoio necessário às unidades operacionais, bem como aos segmentos da Aeronáutica envolvidos em exercícios ou operações militares na GUARNAE SJ;

VII - apoiar as atividades do Grupo de Segurança e Defesa de São José dos Campos, bem como daqueles operando desdobrados ou em trânsito; e

VIII - propor o reacomplacamento e a movimentação de pessoal para o GAP.

Art. 194. Ao Diretor do IAE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir e orientar as atividades do IAE;

II - estabelecer as diretrizes para que todos os recursos e atividades do IAE sejam empregados no cumprimento de sua missão;

III - assessorar o DGCTA e mantê-lo informado sobre as atividades do IAE;

IV - representar o DCTA nos atos que se fizerem necessários à execução dos projetos de PD&I no âmbito do IAE, conforme determinação do DGCTA;

V - analisar, aprovar e emitir, na área de sua competência, os documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades atribuídas ao IAE ou quando especificamente autorizado;

VI - propor, aprovar e assinar protocolos, convênios, contratos, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos de interesse e do nível do IAE ou, quando especificamente autorizado, após terem sido aprovados pelo DCTA;

VII - orientar a elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual, no que concerne ao IAE, a serem submetidos ao DCTA;

VIII - assessorar os Órgãos de Direção-Geral e Setorial (ODGSA) do Comando da Aeronáutica, nos assuntos relacionados aos processos e aos projetos de PD&I no âmbito do IAE;

IX - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, para o acompanhamento e o recebimento de contratos, convênios, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no IAE;

X - instituir comissões internas e nomear pessoal, na área de sua competência, em apoio aos protocolos, convênios, contratos, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos assinados pelo DCTA e demais ODGSA;

XI - promover e manter intercâmbio de informações científico-tecnológicas, e de pessoal, com instituições nacionais e estrangeiras dedicadas às atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de aeronáutica, de acesso ao espaço e de defesa, em coordenação com o DCTA;

XII - propor ao DCTA o recompletamento e a movimentação de pessoal do IAE;

XIII - propor ao DCTA e, quando aprovado, executar a formação e o aperfeiçoamento, no País e no exterior, dos recursos humanos necessários ao funcionamento do IAE;

XIV - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, referentes às atividades de desenvolvimento científico-tecnológico, de interesse e do nível do IAE ou quando especificamente autorizado pelo DCTA;

XV - assessorar o representante do COMAER no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB), para a formulação/revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE);

XVI - zelar pelo cumprimento de normas, portarias e outros documentos emitidos pelo DCTA necessários ao desenvolvimento das atividades do IAE;

XVII - zelar pelo cumprimento das normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e

XVIII - estabelecer as diretrizes do Sistema de Governança Institucional no IAE e zelar pelo seu pleno funcionamento.

Art. 195. Ao Diretor do IEAv, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do IEAv;

II - coordenar e supervisionar as atividades da Vice-Direção e das Subdiretorias;

III - assessorar o DGCTA, mantendo-o informado sobre as atividades do IEAv;

IV - representar o IEAv em cerimônias públicas e nas relações com instituições culturais, educacionais, científicas, técnicas e militares;

V - adotar medidas para o cumprimento das atividades técnicas, científicas, educacionais e militares exercidas pelo IEAv, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo DCTA;

VI - assinar os certificados de participação em eventos e atividades técnico-científicas e educacionais promovidos pelo IEAv;

VII - coordenar a elaboração de propostas orçamentárias anual e plurianual a serem submetidas ao DCTA;

VIII - aprovar os programas detalhados decorrentes de planejamentos já aprovados pelo DGCTA;

IX - propor ao DCTA o planejamento físico e financeiro de projetos e atividades técnico-científicas e administrativas do IEAv;

X - propor ao DCTA os atos de administração do pessoal civil do IEAv;

XI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal do IEAv;

XII - zelar pelo cumprimento de regulamentos, normas, portarias, diretrizes, planos, critérios e programas de trabalho oriundos do DCTA e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do Comando da Aeronáutica;

XIII - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais de competência do IEAv, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, de acordo com a legislação e as normas em vigor;

XIV - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, referentes às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico aeroespaciais, de interesse e do nível do IEAv, ou quando especificamente autorizado;

XV - promover e realizar intercâmbio de informações técnico-científicas com instituições nacionais e estrangeiras dedicadas às atividades de desenvolvimento científico e tecnológico aeroespaciais ou correlatas, em coordenação com o DCTA;

XVI - nomear comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos jurídicos em execução no IEAv;

XVII - nomear equipes internas para execução de projetos, atividades e empreendimentos correlatos a cargo do IEAv;

XVIII - indicar representantes para reuniões externas ao Instituto, quando solicitado, para o atendimento a assuntos relacionados à missão do IEAv;

XIX - coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à proteção do conhecimento e à salvaguarda de assuntos sigilosos; e

XX - coordenar e supervisionar as ações pertinentes às relações, intercâmbio e parcerias institucionais do IEAv com órgãos internos e externos ao COMAER.

Art. 196. Ao Diretor do IFI, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e comandar as atividades do IFI;

II - coordenar e supervisionar as atividades da Vice-Direção;

III - assessorar o DGCTA, mantendo-o informado sobre as atividades do IFI;

IV - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do IFI;

V - propor ao DCTA o aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários ao funcionamento do IFI;

VI - zelar pelo cumprimento de todas as normas emanadas pelo DCTA;

VII - promover simpósios, conferências, seminários, reuniões, convenções e exposições, nacionais e internacionais, bem como outros eventos referentes às atividades de

certificação, de metrologia, de normalização e de compensação comercial, industrial e tecnológica;

VIII - assinar contratos, convênios, certificados, documentos técnicos e outros instrumentos de interesse do COMAER, no nível do IFI;

IX - assinar os certificados de cursos ministrados pelo IFI;

X - promover a integração das atividades do IFI com as demais Organizações do COMAER e com empresas do setor aeroespacial;

XI - participar de conselhos e de comissões, em organizações governamentais ou de empresas do setor aeroespacial;

XII - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, Portarias, Normas, Diretrizes e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com suas atribuições;

XIII - nomear comissões internas de acompanhamento e recebimento de contratos, convênios, bem como outros instrumentos jurídicos e de caráter administrativo em execução no IFI;

XIV - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do IFI;

e

XV - coordenar as Ações dos Programas do Plano Plurianual do Governo Federal, de responsabilidade do IFI.

Art. 197. Ao Diretor do IPEV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do IPEV;

II - assegurar o cumprimento de normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER, nos assuntos relacionados diretamente com as atribuições específicas do IPEV;

III - analisar, aprovar e emitir, no seu nível, normas, portarias e outros documentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades;

IV - assegurar o cumprimento do Programa de Segurança de Voo para Atividades de Ensaio (PSVE) e das Normas Padrão de Ação (NPA) do Instituto;

V - convocar e presidir os Conselhos de Instrução e Operacional para deliberar sobre assuntos relacionados às atribuições específicas do IPEV;

VI - zelar pelo cumprimento das normas emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

VII - propor o completamento e a movimentação de pessoal para o IPEV; e

VIII - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais que sejam de competência do IPEV, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, em consonância com a legislação em vigor.

Art. 198. Ao Reitor do ITA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA, compete:

I - exercer, cumulativamente, as funções de agente diretor e Ordenador de Despesas;

II - dirigir, coordenar e controlar os órgãos e as atividades do Instituto;

III - adotar medidas para o cumprimento das atividades técnica, científica e educacional do ITA, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo COMAER;

IV - orientar e coordenar a elaboração de propostas orçamentárias anual e plurianual do Instituto;

V - aprovar as diretrizes para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e atividades técnico-científicas do ITA;

VI - aprovar a criação, fusão, desmembramento ou extinção de programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de pós-graduação *lato sensu*;

VII - submeter à aprovação do CMTAER, por meio do DGCTA, a criação, fusão, desmembramento ou extinção de cursos de graduação e de cursos de interesse específico do COMAER;

VIII - aprovar os planos detalhados de projetos e atividades de interesse do Instituto;

IX - aprovar planos de aperfeiçoamento de pessoal do ITA, incluindo a proposta de participação em eventos nacionais e internacionais;

X - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, planos, critérios e programas de trabalho oriundos do DCTA e da Congregação, e, quando se aplicar, dos Sistemas do COMAER;

XI - promover e firmar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos legais que sejam de competência do ITA, ou que envolvam assuntos a este atribuídos, em consonância com a legislação em vigor;

XII - zelar pela aplicação dos recursos financeiros do ITA, incluindo os captados por meio de fundos de apoio ao Instituto;

XIII - assinar, juntamente com o DGCTA, os diplomas de graduação conferidos pelo ITA;

XIV - assinar os diplomas de pós-graduação *stricto sensu* e certificados de pós-graduação *lato sensu* e títulos honoríficos;

XV - manter a ordem e a disciplina no Instituto;

XVI - presidir a cerimônia de colação de grau e demais atos públicos inerentes ao ITA;

XVII - assinar a correspondência oficial do ITA, em especial os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da Congregação;

XVIII - representar o ITA em cerimônias públicas e nas relações com instituições culturais, científicas e técnicas;

XIX - conceder, negar ou cancelar inscrição de candidatos ao concurso de Admissão ao ITA;

XX - conceder, negar, suspender ou cancelar matrícula de alunos nos cursos do Instituto;

XXI - excluir os alunos do ITA, de acordo com as normas reguladoras vigentes;

XXII - aprovar o pedido de afastamento de alunos regularmente matriculados no ITA para a realização de atividades acadêmicas, no país ou no exterior, exceto os alunos militares para missões no exterior, de acordo com a legislação em vigor;

XXIII - aprovar os calendários escolares do ITA;

XXIV - nomear as Comissões Examinadora e Fiscalizadora para Concursos de Admissão ao ITA;

XXV - zelar pelo cumprimento do regime escolar instituído nas Normas Reguladoras dos Cursos; e

XXVI - exercer as demais atribuições inerentes ao cargo de Reitor.

Art. 199. Ao Prefeito da PASJ, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCTA e do Órgão de Coordenação do SISPNR, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades afetas;

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, quer seja pelo estabelecimento das Normas Internas dos Edifícios de Apartamentos e das Vilas Residenciais, quer seja pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores;

III - gerir os recursos financeiros colocados à disposição;

IV - orientar a gestão administrativa e orçamentária, tendo por base as metas estabelecidas pelo órgão de Coordenação do SISPNR;

V - acompanhar e corrigir a evolução dessa gestão por intermédio dos indicadores de desempenho; e

VI - submeter os processos administrativos à apreciação da Subdiretoria de Apoio Administrativo, com a finalidade de verificação dos requisitos de legalidade e legitimidade dos ritos e procedimentos que norteiam estes processos.

Art. 200. Ao Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DGCEA), além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do DECEA;
- II - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
- III - manter o CMTAER informado sobre as atividades e programas de trabalho do DECEA;
- IV - aprovar os planos, projetos e programas, bem como as normas, critérios e princípios, para as atividades da área de atuação do DECEA;
- V - propor a assinatura de contratos, convênios e acordos entre as organizações subordinadas e organizações externas ao COMAER, na sua esfera de atribuições;
- VI - orientar a elaboração e a consolidação das propostas orçamentárias anuais e plurianuais do DECEA e das organizações subordinadas;
- VII - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do COMAER;
- VIII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal no âmbito do DECEA e das organizações subordinadas; e
- IX - manter atualizado o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

Art. 201. Ao Comandante do CGNA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do CGNA;
- II - estabelecer princípios, critérios e elaborar programas relativos ao CGNA;
- III - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos de cooperação e/ou intercâmbio de interesse do CGNA;
- IV - conceder, controlar, revalidar, suspender e cancelar os certificados de habilitação técnica dos gerentes de fluxo de tráfego aéreo;
- V - convocar e presidir o Conselho Operacional do CGNA;
- VI - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e
- VII - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para o CGNA.

Art. 202. Ao Comandante do CIMAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - gerenciar o serviço de Meteorologia Aeronáutica no Brasil;
- II - assessorar o DGCEA nos assuntos relacionados ao serviço de Meteorologia Aeronáutica no Brasil;
- III - priorizar e controlar a execução das atividades afetas ao CIMAER;
- IV - estabelecer metas e indicadores auditáveis de gestão para as atividades do CIMAER;
- V - cooperar com o setor responsável do DECEA na elaboração das propostas orçamentárias para apreciação do Diretor-Geral do DECEA;
- VI - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação ou intercâmbio para atividades relacionadas ao CIMAER; e

VII - propor ao setor responsável do DECEA a movimentação e o reacompletamento da Tabela de Pessoal do CIMAER.

Art. 203. Ao Presidente da CISCEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - orientar e dirigir os trabalhos da CISCEA;
- II - representar a CISCEA em todos os atos legais que se fizerem necessários à implantação dos projetos;
- III - apresentar à autoridade competente as propostas orçamentárias anual e plurianual;
- IV - coordenar com as diferentes organizações da Aeronáutica a sua eventual participação na execução dos projetos;
- V - propor o reacompletamento e a movimentação de pessoal para a CISCEA;
- VI - aprovar as documentações técnicas e operacionais, norteadoras dos projetos;
- VII - aprovar diretrizes, estabelecendo critérios e princípios aplicáveis aos trabalhos da CISCEA;
- VIII - aprovar normas, procedimentos e rotinas para acompanhamento e controle dos instrumentos contratuais e do andamento geral dos projetos; e
- IX - aprovar as especificações da qualidade dos subsistemas e equipamentos.

Art. 204. Ao Comandante do GEIV, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do GEIV;
- II - assessorar e manter informado o escalão superior sobre os assuntos e atividades de competência do GEIV;
- III - aprovar as normas e procedimentos do GEIV;
- IV - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER; e
- V - propor o reacompletamento e a movimentação do pessoal para o GEIV.

Art. 205. Ao Diretor do ICA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - aprovar planos, projetos, programas e normas pertinentes à área de atuação do ICA;
- II - assessorar o DECEA nos assuntos relacionados às atividades do ICA;
- III - gerenciar as atividades desenvolvidas;
- IV - estabelecer prioridades para execução de serviços na sua esfera de atribuições;
- V - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação ou intercâmbio;
- VI - manter o DECEA informado sobre atividades, serviços e produtos desenvolvidos;
- VII - orientar elaboração de proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do DECEA;
- VIII - propor:
 - a) completamento e movimentação de pessoal; e
 - b) diretrizes, política, planos, normas, programas, publicações técnicas e recursos materiais para cumprimento das metas estabelecidas; e
- IX - zelar pelo cumprimento de diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos de Órgãos Superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER.

Art. 206. Ao Diretor do ICEA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - definir, dirigir, coordenar e controlar as atividades do ICEA;
- II - estabelecer princípios, critérios e elaborar programas relativos ao ICEA;
- III - firmar, mediante delegação, contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos de cooperação e/ou intercâmbio de interesse do ICEA;
- IV - executar os atos administrativos relativos à aprovação e desligamento dos alunos dos cursos sob responsabilidade do ICEA;
- V - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER; e
- VI - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa aérea sob sua jurisdição.

Art. 207. Ao Presidente da JJAER, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - orientar os trabalhos da JJAER, aprovando procedimentos e rotinas para acompanhamento e controle dos instrumentos processuais;
- II - representar a JJAER e assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;
- III - gerenciar os programas, planos e projetos atribuídos à JJAER;
- IV - submeter ao DGCEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam sua competência e sejam necessários ao funcionamento e organização da Junta de Julgamento da Aeronáutica; e
- V - assessorar ao DGCEA nos assuntos relativos a processos de infrações no âmbito do SISCEAB.

Art. 208. Ao Chefe da MTAB-Bolívia, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da Missão;
- II - assessorar o Diretor-Geral do DECEA (DGCEA) nos assuntos relacionados com as atividades da Missão;
- III - assessorar o Estado Plurinacional da Bolívia nos assuntos relacionados com as atividades da MTAB-Bolívia;
- IV - manter estreita ligação com os dirigentes das organizações do Estado Plurinacional da Bolívia prestadores dos Serviços de Navegação Aérea daquele país;
- V - zelar, no âmbito de sua organização, pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do DECEA;
- VI - orientar a elaboração e encaminhar as propostas de recursos necessários para o funcionamento da MTAB-Bolívia;
- VII - administrar os recursos alocados à MTAB-Bolívia;
- VIII - submeter ao Diretor-Geral do DECEA propostas de expedição de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam a competência da MTAB-Bolívia e que sejam necessários ao seu funcionamento; e
- IX - responsabilizar-se, no país-sede, pelas assessorias prestadas à Força Aérea Boliviana.

Art. 209. Ao Diretor do PAME-RJ, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

- I - dirigir, coordenar e controlar as atividades do PAME-RJ;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, instruções, planos e programas dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - baixar normas e instruções necessárias aos trabalhos a serem executados;

IV - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do PAME-RJ e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

V - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do PAME-RJ e das demais áreas que lhe forem cometidas;

VI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o PAME-RJ; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do PAME-RJ.

Art. 210. Ao Comandante do 1º GCC, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades dos órgãos subordinados;

II - assessorar o DGCEA e os comandantes operacionais em todos os assuntos relativos às comunicações e ao controle do espaço aéreo, no âmbito das operações aerotáticas;

III - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

IV - submeter ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do GCC e sejam necessários ao seu funcionamento e organização; e

V - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do GCC.

Art. 211. Ao Comandante do CRCEA-SE, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar os órgãos constitutivos do CRCEA-SE;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - assessorar o DGCEA nos assuntos relativos ao SISCEAB e demais sistemas afins, em sua área de jurisdição;

IV - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do CRCEA-SE e das demais áreas que lhe forem cometidas;

V - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do CRCEA-SE e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

VI - propor o recompletamento e a movimentação de pessoal para o CRCEA-SE; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CRCEA-SE.

Art. 212. Aos Comandantes de CINDACTA, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do DGCEA, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar os órgãos constitutivos do CINDACTA;

II - assegurar o fiel cumprimento das diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER;

III - assessorar o DGCEA nos assuntos relativos ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e demais Sistemas afins na sua área de jurisdição;

IV - promover a execução das medidas que visem à segurança e defesa da área sob jurisdição do CINDACTA e das demais áreas que lhe forem cometidas;

V - submeter ao DECEA as propostas de atos administrativos que, por sua natureza, transcendam ao âmbito do CINDACTA e sejam necessários ao seu funcionamento e organização;

VI - propor o reacompanhamento e a movimentação de pessoal para o CINDACTA; e

VII - orientar a elaboração das propostas orçamentárias anual e plurianual do CINDACTA.

Art. 213. Ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da SEFA;

II - assessorar o Comandante da Aeronáutica, com subsídios do Diretor de Administração da Aeronáutica e do Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica, na formulação e na revisão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, assim como os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência (ODGSA), nos assuntos de sua competência;

III - aprovar as normas reguladoras e relativas à gestão de apoio às atividades de execução administrativas e de suporte finalístico; à gestão de apoio às atividades de execução financeira, orçamentária, patrimonial e contábil, do COMAER, em suporte ao pessoal e às organizações do Comando da Aeronáutica (COMAER), sob supervisão da SEFA; e

IV - zelar pelo cumprimento das normas, princípios, planos e programas expedidos pelos Órgãos Centrais dos Sistemas Corporativos do Poder Executivo Federal, ou de outros que vierem a ser criados ou substituídos.

Art. 214. Ao Diretor da DIREF, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante as diretrizes do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica; das disposições do RADA-e; compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da DIREF;

II - subsidiar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, provendo informações relacionadas para a formulação e a revisão do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica;

III - assessorar o Secretário, no processo de provimento de subsídios ao EMAER, para a elaboração e o encaminhamento das propostas de Orçamento Anual ao MD;

IV - propor, quando necessário, ao Secretário, com subsídios da SUCONV, da SUFIN, da SUCONT e da AJUR-SEFA, normas reguladoras relativas à administração financeira, à contabilidade, à avaliação de gestão, às licitações e aos contratos, aos convênios, termos de ajustes, cooperação, parceria, e instrumentos congêneres, em cumprimento à legislação vigente;

V - prover o atendimento às solicitações e o cumprimento às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como das normas emitidas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal, ou de outros sistemas corporativos em que esteja inserido;

IV - zelar pelo cumprimento das normas, dos princípios, dos planos e dos programas expedidos pelos Órgãos Centrais dos Sistemas de Administração Financeira, de Contabilidade e de Serviços Gerais do Poder Executivo Federal e de outros sistemas corporativos em que esteja inserido; e

V - assessorar o Secretário nos assuntos atinentes à sua esfera de competência.

Art. 215. Ao Diretor da DIRAD, nos termos da legislação em vigor e consoantes às diretrizes do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, compete:

I - dirigir, orientar e coordenar as atividades da DIRAD e das OM subordinadas, bem como dos sistemas corporativos e sistêmicos afetos;

II - aprovar as normas e instruções relativas às atividades de apoio administrativo;

III - aprovar as normas e instruções dos sistemas de gestão de moradia funcional; de hotelaria; de provisões e materiais de intendência; de pagamento de pessoal da ativa, veteranos e pensionistas; de subsistência; de apoio à logística de campanha; e de transporte de superfície, entre outros sob sua responsabilidade, no âmbito do COMAER; e

IV - assessorar o Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica nos assuntos de sua esfera de competência.

Art. 216. Ao Diretor da BREVET compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades da BREVET;

II - zelar pelo cumprimento das ordens, diretrizes, normas, planos, programas e demais determinações oriundas dos órgãos superiores e órgãos centrais dos sistemas do COMAER, relacionadas com as atribuições da BREVET; e

III - manter contato com as autoridades civis e militares sobre assuntos que lhe forem afetos.

Art. 217. Ao Comandante do CAE compete:

I - ser responsável, em caráter geral, pela administração, gerenciamento, emprego, instrução e disciplina da OM, adotando as medidas necessárias ao pleno desempenho de suas atribuições legais e ao cumprimento da missão institucional do CAE, bem como conhecer e executar as orientações estipuladas pelos Órgãos Superiores;

Art. 218. Ao Diretor da FAYS compete:

I - dirigir, planejar, coordenar, controlar e analisar os processos e as atividades da FAYS, baseado no ciclo PDCA (planejar, fazer, controlar e agir), cuja a atividade gerencial necessita de análise dos resultados para corrigir os rumos dos próximos planejamentos; e

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas, critérios, planos e programas oriundos dos órgãos superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER.

Art. 219. Ao Chefe do GALC compete:

I - gerenciar e coordenar a execução das atividades do GALC;

II - aprovar as normas e instruções, dentro da sua área de competência, e elaborar os planos e programas sobre as atividades de apoio logístico de campanha; e

III - zelar pelo cumprimento das normas, critérios, princípios e programas expedidos pelos órgãos superiores e pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER.

Art. 220. Aos Chefes de GAP, além das atribuições previstas na legislação em vigor e consoante com as diretrizes do escalão superior, compete:

I - supervisionar as atividades da OM e prestar contas à Diretoria de Administração da Aeronáutica, em relação à gestão administrativa e acompanhamento dos indicadores gerenciais;

II - assegurar o apoio necessário às unidades operacionais, bem como aos segmentos da Aeronáutica envolvidos em exercícios ou operações militares na localidade; e

III - assegurar o cumprimento, no âmbito da OM, das normas e demais diretrizes emitidas pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER.

Art. 221. Aos Prefeitos de Aeronáutica nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do Órgão de Coordenação do SISPNR, compete:

I - dirigir, coordenar e controlar as atividades afetos; e

II - zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e critérios, quer seja pelo estabelecimento das Normas Internas dos Edifícios de Apartamentos e das Vilas Residenciais, quer seja pela execução dos planos e programas oriundos dos órgãos superiores.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 222. O Oficial-General mais antigo em atividade no COMAER substituirá o CMTAER, interinamente, por motivo de férias, de tratamento de saúde, em seus afastamentos do país e em outros impedimentos legais.

Art. 223. O provimento de cargos nas OM do COMAER observará às seguintes diretrizes:

I - cargos privativos de Oficial-General, mediante ato presidencial; e

II - cargos privativos de Oficial Superior listados em ato específico do CMTAER.

Art. 224. O CMTAER baixará os atos normativos complementares decorrentes deste Regimento Interno e estabelecerá, nos Regulamentos das OM, os detalhes de organização e funcionamento dos respectivos órgãos.

Art. 225. Os Comandantes, Chefes, Diretores ou Secretários das OM do COMAER deverão encaminhar ao EMAER, no prazo de noventa dias, as propostas dos respectivos Regulamentos que necessitem sofrer alterações, em função da aprovação deste Regimento Interno.

Art. 226. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do CMTAER.

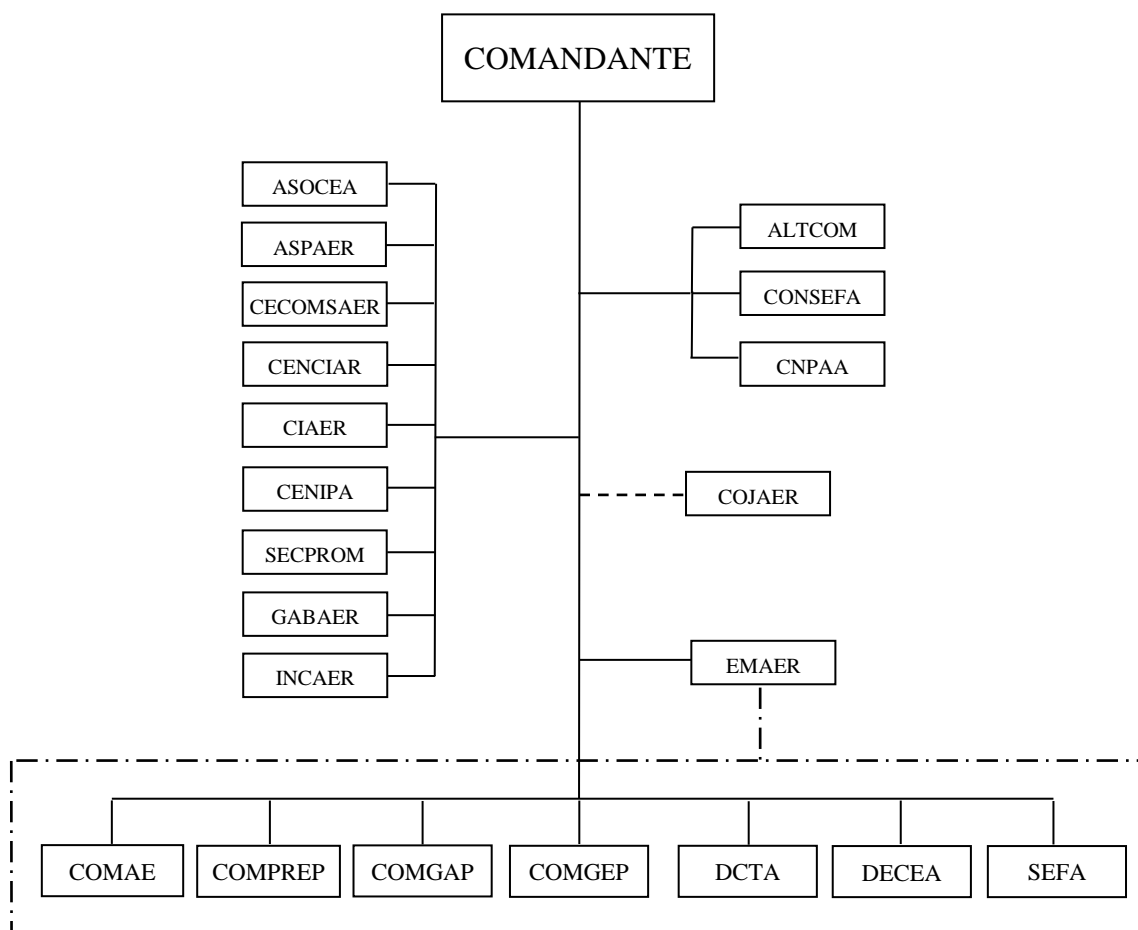
REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022. *Aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança*. Diário Oficial da União. [Brasília-DF], 19 outubro 2022.

BRASIL. Estado Maior da Aeronáutica. *Regulamentação das Organizações: ICA 19-1*. [Brasília-DF], 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. *Confecção, Controle e Numeração de Publicações: NSCA 5-1*. [Brasília-DF], 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. [Brasília-DF], 10 jun. 1999.

Anexo A - Organograma do Comando da Aeronáutica

----- Vínculo de Assessoria
-.-.-.-.- Vínculo de Coordenação